

EM TEMPO!

Periódico Nacional • Ano VIII • Nº 199 • abril de 1985 • Cr\$ 2.000




ABC:
na luta,
o movimento operário
diz não ao pacto social



A "Aliança Democrática" sem Tancredo

O que será da transição?



EM TEMPO propõe:
A discussão da política sindical



As aflições da "Nova República"

A balada desde o primeiro instante pela enfermidade de Tancredo Neves, a "nova república" consumiu seu primeiro mês de existência no empenho de simular um funcionamento regular e normal, capaz de operar as prometidas mudanças mesmo sem contar com seu homem-chave. Um embuste.

A manobra começou pela manipulação política dos boletins médicos com vistas a um duplo objetivo. Ao esconder a gravidade do mal de Tancredo, ocultava ao povo o descalabro dum sistema hospitalar tão contaminado que não poupa nem o superprotegido presidente. Se até Tancredo foi exposto a um contágio mortal, dá para avaliar o que acontece com milhões de pessoas pobres e anônimas à mercê da imundície desses hospitais pelo Brasil afora. Ao mesmo tempo, a agonia de Tancredo foi usada para anestesiá-lo o povo, tentar a paralisação das lutas e assim chegar a uma ampla despolitização, induzindo à inerte espera do "milagre" graças ao "pensamento positivo".

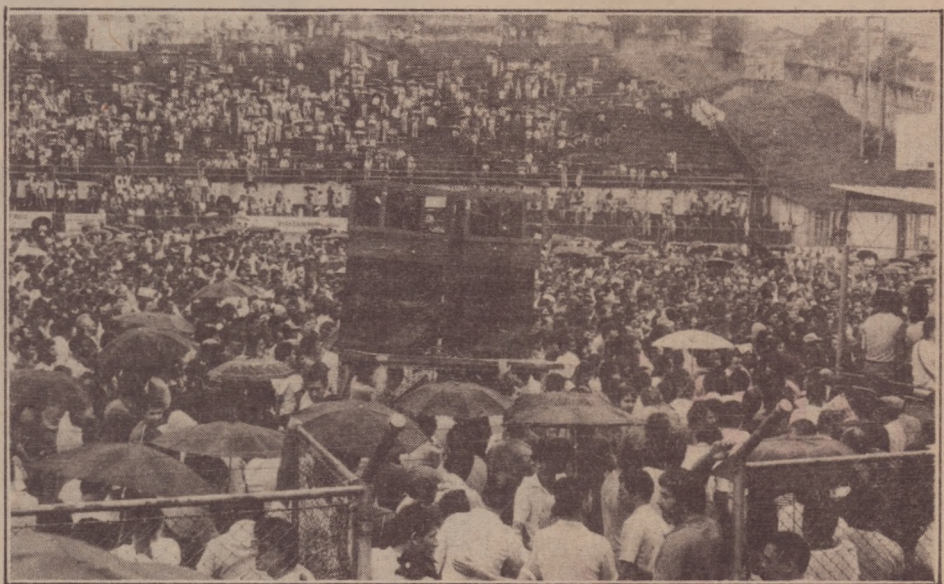
A grande simulação prosseguiu disfarçando os atritos e contradições na disputa e partilha de dezenas de milhares de empregos e do controle de verbas colossais. Tais empregos e fundos são indispensáveis à montagem dos partidos burgueses, tanto na velha como na nova república. Acima de tudo, tratou-se de retirar do centro das discussões a questão vital da dívida externa, das intoleráveis e inaceitáveis exigências dos banqueiros internacionais e do FMI. Quer dizer, a nova república foi fiel ao seu objetivo fundamental e razão de

ser. Cuidou de embotar e obscurecer a denúncia do imperialismo, agora diretamente exposto à ira do povo.

"Operação transferência"

Nesse processo, a inconfessada certeza do impedimento definitivo de Tancredo (por morte ou por incapacidade física) mobilizou de novo os alquimistas que já tinham transformado a campanha das diretas na aparência de respaldo popular ao espúrio Colégio Eleitoral. Está em curso a campanha da "transfêrencia" do prestígio de Tancredo para Sarney. As classes dominantes lançam-se a uma empresa política de envergadura maior ainda do que a própria formação do grande arco de alianças em torno de Tancredo, já que Sarney é uma figura menor e o tempo é mais curto. Em consequência, a pressão da burguesia contra o movimento operário independente só pode aumentar. Este quadro geral já suscitou duas tendências. Uma, claramente conciliadora. Outra, aparentemente crítica.

A primeira cultiva a ilusão de que estão ocorrendo mudanças de qualidade. Por exemplo, está sendo removido o entulho autoritário. Na pauta, eleições diretas nas capitais e municípios de segurança nacional, direito de voto as analfabetos, legalidade para todos os partidos etc. Apenas uma exceção. Não pareceu necessário revogar a lei de segurança nem tocar no aparelho de repressão, tortura e espionagem. Sarney foi pilhado assinando um decreto se-



O movimento operário diz "não" ao pacto social

creto em favor dos coronéis do SNI, cujos representantes não vacilaram em resistir à autoridade do vice em exercício na questão da administração de Brasília. Em suma, uma Constituinte vigiada segundo as disposições da lei de segurança. Assim, as concessões já feitas de pouco ou nada valem, por serem duvidosas, precárias e incertas. Os valentes que foram ao Colégio Eleitoral evitam a mínima crítica, pois arquivam a luta contra a lei de segurança.

O continuísmo é um fato

Em contraste, até mesmo os críticos burgueses procuram denunciar o caráter continuísta da nova república. "O que de pior tínhamos na tecnocracia continua ditando normas e influenciando nas decisões do ministro da Fazenda", lamenta um editorialista. Outro mostra que o velho PDS, recauchutado como Frente Liberal, já controla 83,2% do orçamento das estatais movimentando em torno de 200 trilhões de cruzeiros. Mas tudo isto pode ser alterado. Já está na ordem do dia a renúncia coletiva do ministério para a consolidação de Sarney. O continuísmo não se limita ao vai-vem dos burocratas nem se esgota no jogo das verbas e mordomias. O essencial consiste em credenciar Sarney à confiança dos banqueiros e do FMI. Esse é o nó da questão. Continuísmo é a obediência ao FMI.

Agora mesmo, um certo Richard Erb, subdiretor do FMI, numa reunião com banqueiros, em Washington, condenou "a política de reajustes salariais

nos mesmos níveis da alta de preços" como a causa da inflação brasileira. Essa declaração confirma as informações dos correspondentes segundo as quais os banqueiros americanos afligiram-se com a doença de Tancredo por causa da necessidade de um substituto à altura para garantir o pacto social destinado a disfarçar o arrocho salarial. Isto não é segredo para ninguém. Quem determina a política salarial é o FMI. Os Dornelles, Sayad e Pazzinotto têm a honra de executores confiáveis.

A política de baixar os preços para exportar (desvalorização do cruzeiro) e ao mesmo tempo aumentar os preços internos para reduzir o consumo (aumento de salário abaixo da inflação), para forçar economia em dólares para pagar juros da dívida (13 bilhões de dólares só nos últimos dois anos), é sabidamente uma exigência dos credores internacionais. Já não pode haver a menor dúvida de que a luta crescente da classe operária por aumento real de salário, reposição do que lhe vem sendo roubado, contra a superexploração e o desemprego é a grande barreira ao continuísmo dessa política de subordinação ao grande capital financeiro internacional.

Esta é a dimensão política e a significação libertadora da grandiosa campanha salarial que vai se alastrando por todo o país. A recusa ao pacto social é a coluna vertebral da resistência à agiotagem imperialista. A nova república já não tem mais a impunidade prometida pelos velhos e novos pelegos.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soariano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carbalho, Raul Pont, Régis Moraes, Sérgio Moura.

Jornalista responsável: Américo Antunes - Reg. MTPS nº 2.769.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.549/0001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** R. Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30000; **Porto Alegre:** R. Fernando Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90000; **Rio de Janeiro:** R. Senador Dantas, 117 — sala 1.414 — CEP 20031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur Azevedo, 1.977 — Pinheiros — São Paulo.

EDITORIAL

A ausência definitiva de Tancredo e a conjuntura nacional

A ausência definitiva de Tancredo Neves causa, sem dúvida, um grande impacto sobre o país. Ela ocorre depois de Tancredo ter sido consagrado pelos partidos burgueses como o grande condutor da transição da ditadura militar para um novo regime. A intensa propaganda dos meios de comunicação de massa transformou a sua figura, para largos setores da população, em esperança de mudanças há muito reclamadas. A sua lenta agonia só fez crescer em torno da sua pessoa uma forte popularidade.

A grande questão que se coloca é: qual a consequência da morte de Tancredo Neves sobre o processo político em curso no país e que alterações traz para a luta do movimento operário e popular?

Tancredo e a transição burguesa

Poucas vezes na história do Brasil a personalidade e a trajetória de um político burguês se ajustaram tão bem às necessidades de sua classe como no caso de Tancredo Neves.

Político ancorado no maior partido de oposição burguês, com exceção do breve período de tentativa de formação do Partido Popular, não teve seu nome contaminado pelo desgaste da ditadura. Ao mesmo tempo, conservador, moderado, sempre disposto ao diálogo e à conciliação com os ditadores que governaram o Brasil nos últimos 21 anos Tancredo emergiu no período de crise aguda do regime como a figura capaz de servir de ponte entre a oposição burguesa e as Forças Armadas.

Homem temperado em décadas de exercício da política burguesa, atravessando vários períodos da história política do país, acumulou experiência e capacidade para tecer um arranjo tão difícil como o foi a formação da "Aliança Democrática".

Todas estas qualidades de político burguês de nada serviriam, no entanto, se as classes dominantes não tivessem a imperiosa necessidade de operar a transição da ditadura militar para uma outra forma de dominação com o máximo possível de controle. A formação da "Aliança Democrática", aliança do PMDB com a dissidência do PDS, foi assim o instrumento surgido para responder a esta necessidade histórica da burguesia. E a candidatura de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral foi a forma de se concretizar esta necessidade de aglutinar as forças da burguesia.

A morte de Tancredo e a "Aliança Democrática"

Assim, a morte de Tancredo não significa o fim imediato da "Aliança Democrática". Esta, como expressão de uma necessidade histórica da burguesia, deve permanecer mesmo sem o político que ocupou um lugar central na sua formação.

A "Aliança Democrática" tem, além disso, um fôlego importante para reconciliar as suas contradições internas. À direita, um retrocesso para uma ditadura militar é algo hoje descartado já que as Forças Armadas não têm unidade e o mínimo apoio na burguesia para esta empreitada. À esquerda, não há uma expressão política do movimento operário-popular capaz de ser alternativa hoje à hegemonia da Aliança Liberal.

O movimento pela garantia da posse e do mandato de Sarney expressa esta situação. As forças preponderantes da Aliança Democrática descartam no momento a convocação imediata de eleições diretas assim como renunciaram a explodir o Colégio Eleitoral. Convocar eleições diretas agora seria correr o grande risco de dividir a "Aliança Democrática" e perder o controle do processo.

Sarney, o condutor da transição?

Sarney, o servidor fiel da ditadura durante vinte anos, o grileiro, o que já respondeu a processo do Superior Tribunal Federal como estelionatário, o que articulou a resistência no congresso à aprovação da emenda Dante de Oliveira, o que foi vaiado à porta do

ra institucional. Mas o ritmo e a estabilidade do processo de transição burguesa se alteram significativamente.

O movimento operário e a luta contra a austeridade

A morte de Tancredo não traz uma alteração de conjunto da situação do movimento operário nem modifica as linhas gerais de sua intervenção, isto é, a luta contra a política econômica de austeridade e a luta pela convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, soberana e democrática. Mas modifica as condições em que estas lutas se dão.

Há uma grande dificuldade e que deve ser crescente por parte da Aliança Democrática em definir uma política econômica coerente para enfrentar a crise do capitalismo brasileiro. Embora

Assim, no próximo período todo o esforço da CUT deve ser feito no sentido de passar das reivindicações específicas e defensivas para um plano geral de política econômica alternativa à política de austeridade burguesa. Uma política que se contraponha globalmente aos acordos inaceitáveis com o FMI.

Esta necessidade de globalização das lutas requer que a CUT tenha uma política agressiva de proposição da unidade de ação com as forças da Conclat. Este deve ser o sentido que o movimento operário deve imprimir às comemorações do 1º de maio que se aproxima. Que o 1º de maio seja um momento de propaganda e de acumulação de forças para uma campanha nacional contra a política de austeridade.

Uma alternativa de ruptura democrática

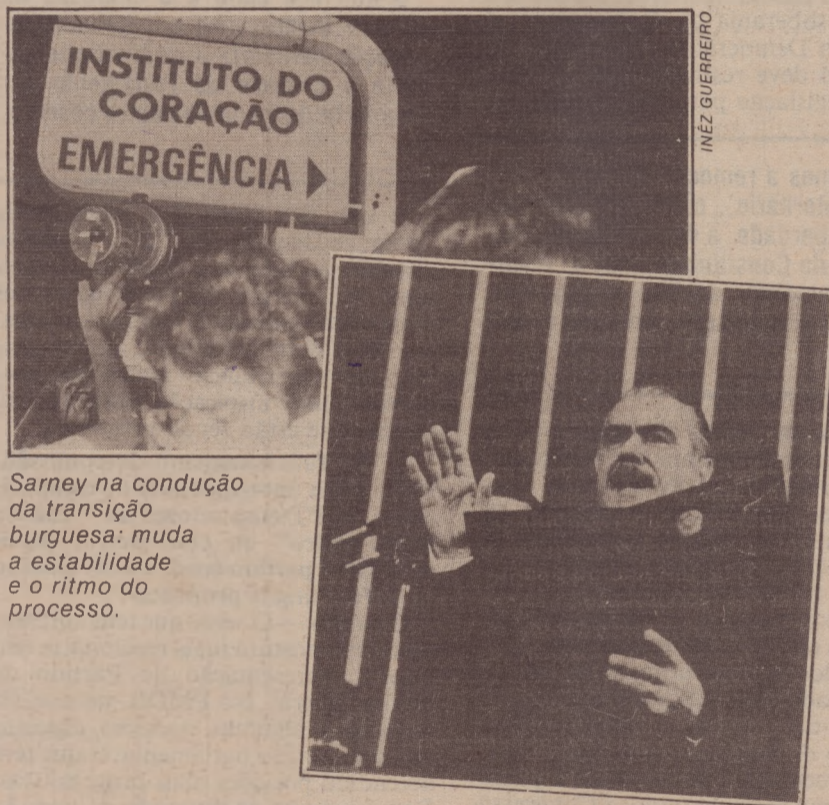
Diante do impedimento de Tancredo Neves, o PT emitiu uma nota na qual afirma que "a confirmação do vice-presidente José Sarney na Presidência da República é a solução que nos resta para a situação criada com o impedimento Tancredo Neves, sobretudo por contrapor-se a qualquer manobra golpista." Em seguida, defende a convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, soberana e democrática a qual deve fixar a data das eleições diretas para o sucessor de Sarney.

A defesa da posse e do mandato de Sarney, contida na nota do PT, foi bastante utilizada pela imprensa burguesa e pela "Aliança Democrática". Este posicionamento é incorreto e é contraditório inclusive com as resoluções que vêm sendo aprovadas pelo partido. Em primeiro lugar, porque o partido não reconhece a legitimidade da atual constituição e do processo de eleição do presidente, nas quais a "Aliança Democrática" busca se apoiar para defender o mandato de Sarney.

Em segundo lugar, porque o impedimento de Tancredo deixa mais claro a ilegitimidade da transição burguesa. A medida das dificuldades de coesão da "Aliança Democrática", da paralisia e do desgaste do governo Sarney a questão democrática tende a ganhar uma importância maior e mais urgente, exigindo uma postura mais ofensiva do partido. Deve ficar claro que ao PT e ao movimento operário não interessa a estabilidade da transição burguesa, a estabilidade de um processo que visa justamente marginalizar política e economicamente os trabalhadores.

Urge, assim, dar os primeiros passos na estruturação de uma campanha de massas pela convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, soberana e democrática como definiu a última reunião do Diretório Nacional.

Esta campanha deve ser desde já e concretamente a resposta do PT e do movimento operário independente à manobra da "Aliança Democrática" em torno da defesa e da estabilidade do mandato de Sarney. E, por isso mesmo, a agitação da convocação imediata das eleições para a Constituinte deve estar cada vez mais combinada com a agitação da realização de eleições diretas para a presidência da República.



Sarney na condução da transição burguesa: muda a estabilidade e o ritmo do processo.

congresso na cerimônia de posse não tem as mesmas condições e qualidades de Tancredo para conduzir a transição burguesa.

Em primeiro lugar, Sarney terá muita dificuldade para ser o articulador da unidade da Aliança Democrática. Esta dificuldade terá duas consequências: uma paralisia importante do governo principalmente no que diz respeito à política econômica (o PMDB deve cobrar mais poderes nesta área, questionando a ampla supremacia na condução da área-econômica que Tancredo havia conferido ao seu sobrinho Dornelles); aumentarão as possibilidades do governo perder a maioria no congresso em temas controversos.

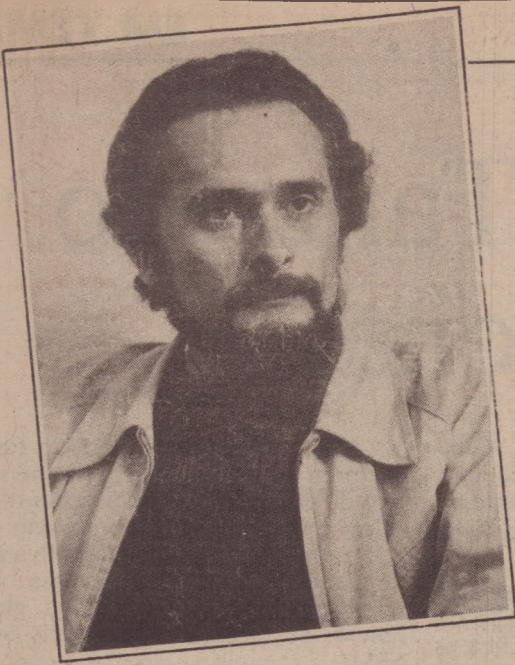
Em segundo lugar, diminui o grau de controle da "Aliança Democrática" sobre o processo de transição na medida em que tende a diminuir a sua coesão interna.

Em terceiro lugar, tende a ser mais rápido o desgaste do governo da "Aliança Democrática" frente ao não cumprimento das expectativas de mudança geradas pelo fim da ditadura.

Em resumo, com a morte de Tancredo não temos de imediato o fim da Aliança Democrática, nem uma ruptura

tanto o PMDB e o PFL descartem hoje a possibilidade de uma moratória unilateral da dívida externa, não há um acordo sobre o grau de acomodação à política do FMI, sobre a continuidade de uma linha nitidamente recessiva e monetarista. Apesar do PMDB e PFL terem unificado hoje uma mesma linguagem em relação à contenção salarial (contra reajustes trimestrais generalizados, pela manutenção do valor real do salário-mínimo ou um insignificante acréscimo em seu valor), a estruturação de um pacto social está longe de ser viável diante da continuidade das greves e da negativa da CUT em endossá-lo.

Do lado do movimento operário, há muita combatividade e luta. As greves continuam a pipocar, a maioria tendo como centro reivindicações salariais. A greve dos metalúrgicos de São Bernardo e do grupo independente são, neste contexto, um marco não apenas pelo peso que tem tradicionalmente o ABC em influenciar a conjuntura do movimento sindical como pelo fato de que são levantadas bandeiras gerais que indicam um plano alternativo do movimento operário à política de austeridade.



A luta do PT pela remoção do "entulho autoritário"

Teve início a primeira etapa da luta parlamentar do PT pela remoção do "entulho autoritário" e pela garantia de condições livres e democráticas para a convocação da Constituinte. O PT participa através do deputado Genóino Neto de uma comissão inter-partidária de 21 membros que encaminhará ao plenário do Congresso propostas de mudança na Constituição. A comissão é composta de um membro do PT, um do PTB, um do PDT, quatro do Partido da Frente Liberal, seis do PDS e oito do PMDB, uma composição claramente desfavorável e politicamente conservadora.

Já foram realizadas cerca de dez reuniões e até agora foram aprovadas as seguintes propostas mínimas de consenso: eleições diretas para os prefeitos das capitais e dos municípios de áreas de segurança nacional em novembro deste ano; direito de voto aos analfabetos que só poderiam se candidatar à Câmara dos Vereadores; extinção da sub-legenda, do voto distrital e permissão das coligações partidárias; legalização dos partidos clandestinos; direito de voto aos cabos e soldados da PM; redução dos quocientes eleitorais para a representação dos partidos no Congresso.

A segunda fase da batalha parlamentar ocorrerá com o encaminhamento das proposições da comissão ao plenário do Congresso com tramitação prioritária.

Para o PT, é fundamental organizar uma campanha de massas em torno das reivindicações democráticas que tem defendido, na maioria das vezes de forma isolada.

A seguir, o deputado Genóino Neto, fala a EM TEMPO da luta parlamentar que o PT vem travando.

— A imprensa burguesa e os representantes da "Aliança Democrática" na Comissão Inter-partidária têm colocado toda a ênfase nos pontos de consenso estabelecidos, obscurecendo as posições divergentes surgidas. Eu perguntaria quais as principais divergências do PT com as posições majoritárias na comissão?

Genóino — A primeira grande divergência manifestada já na primeira reunião da comissão é que o PT propõe que a comissão inter-partidária discuta a revogação não apenas da legislação partidária e eleitoral mas também da legislação de segurança nacional presentes na constituição como a Lei de Segurança Nacional, as chamadas sal-

va-guardas constitucionais, as atribuições do Conselho Segurança Nacional. O PT propõe também que a comissão trate da questão da convocação da Constituinte (atualmente estamos colhendo assinaturas para a apresentação de um ato convocatório da Constituinte, prevendo a eleição dos constituintes em 1985 e a sua instalação já em março de 1986. Enfim, propomos que a comissão promova a remoção de "todo o entulho autoritário", como pré-condição para a liberdade, a democracia e a soberania da Constituinte. A "Aliança Democrática" decidiu que a comissão deve restringir os seus trabalhos à legislação partidária e eleitoral.

"Propomos a remoção de 'todo o entulho autoritário', como pré-condição para a liberdade, a democracia e a soberania da Constituinte, mas a 'Aliança Democrática' decidiu restringir-se a apenas à legislação partidária e eleitoral".

A segunda grande divergência se refere à discussão das mudanças na legislação partidária e eleitoral. Neste campo, temos apresentado as seguintes divergências. Em relação à liberdade de organização partidária, estamos propondo a revogação completa da lei orgânica dos partidos. Estamos propondo que os únicos critérios para a legalização dos partidos deva ser um número de filiados não inferior a dois mil e o registro dos estatutos e programa em Cartório de Registro Civil. Não existiriam percentuais mínimos para o partido ter uma representação no Congresso e os partidos não mais seriam controlados pela Justiça Eleitoral. A "Aliança Democrática" propõe a manutenção de um quociente mínimo de votação para o partido ter representação no Congresso, devendo além disso os seus estatutos serem aprovados pela Justiça Eleitoral.

Em relação à proporcionalidade eleitoral, há outra divergência muito importante. A "Aliança Democrática" está propondo a manutenção dos atuais coeficientes de representação dos estados na Câmara, o que deforma bastante a representatividade das eleições. Como se sabe, estes coeficientes foram estabelecidos pela ditadura, como forma de dar um peso maior às regiões onde há um maior controle do voto pelas oligarquias, como no norte e nordeste do país.

No que diz respeito ao voto dos analfabetos, estamos a favor, ao contrário da "Aliança Democrática", de conferir ao analfabeto elegibilidade plena e não apenas para a Câmara dos Vereadores. Estamos, além disso, a favor do direito de voto aos cabos, soldados e marinheiros. A "Aliança Democrática" é contra.

Estamos propondo que haja a igualdade para o acesso de todos os partidos à propaganda gratuita nos meios de comunicação de massa. A proposta mais avançada defendida por um setor da "Aliança Democrática" é a de definir o tempo para os partidos da seguinte maneira: metade do tempo dividido com igualdade e metade distribuído de acordo com o tamanho das bancadas.

"O que fica claro é o interesse da Aliança Democrática em ter uma legislação partidária e eleitoral que garanta o controle do Parlamento por uma forte bancada de centro conservador."

O que fica claro é o interesse da "Aliança Democrática" em ter uma legislação partidária e eleitoral que garanta o controle do Parlamento por uma forte bancada de centro conservador. São feitas, inclusive, muitas citações da constituição alemã do pós-guerra como inspiração para as mudanças que estão sendo propostas.

— No funcionamento da comissão, tem havido oportunidades de composição do PT com setores da "Aliança Democrática" ou com outros partidos? Ou o partido tende a ficar isolado na defesa destas propostas?

Genóino — O setor que tem apresentado uma postura mais reacionária tem sido a representação do Partido da Frente Liberal. No PMDB, no que diz respeito a algumas questões específicas, tem havido parlamentares que têm defendido posições mais progressistas. Como ocorreu na discussão da questão da proporcionalidade, quando o deputado Alberto Goldmann defendeu a modificação da legislação existente. Por outro lado, foi possível atuar conjuntamente com o PDT na defesa da posição de que a comissão inter-partidária não restringisse os seus trabalhos à mudança da legislação partidária e eleitoral.

— Que iniciativas estão sendo pro-

gramadas para dar um caráter de massas à luta por estas reivindicações democráticas defendidas pelo PT?

Genóino — É fundamental desenvolver um processo de mobilização com dois objetivos. Em primeiro lugar, pela aprovação no Congresso de convocação imediata de eleições para a Constituinte, a ser realizada já no final deste ano, como aprovou a última reunião do Diretório Nacional do partido. Em segundo lugar, pela garantia dos pressupostos de liberdade, democracia e soberania da Constituinte.

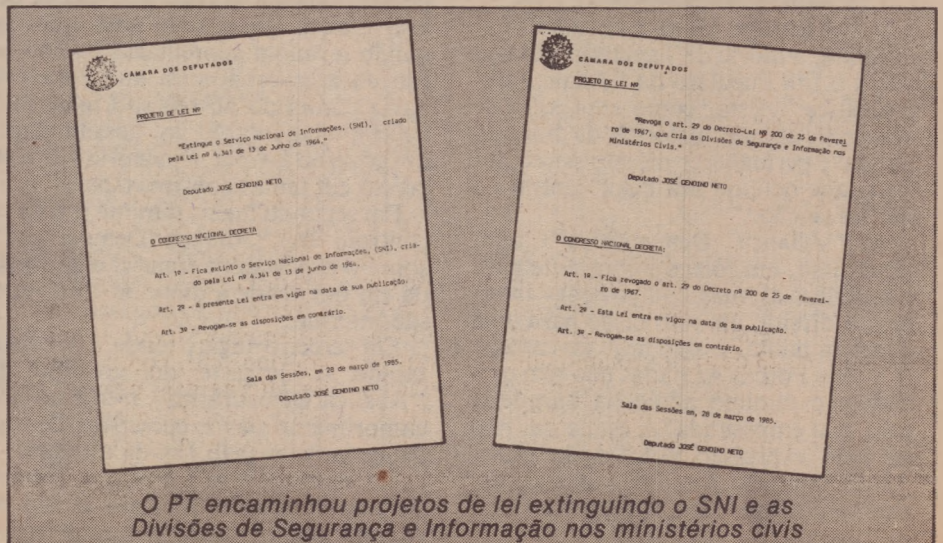
Se não houver esta mobilização, corremos o risco de até ver retroceder no plenário do Congresso o patamar de definições insuficientes já alcançado na comissão inter-partidária.

"... a questão democrática tende a ganhar mais força. Ganha mais força a proposta de ato convocatório da Constituinte que deve ser combinada com a defesa de diretas para presidente."

Se não tomar iniciativas no sentido desta mobilização, o PT corre o risco inclusive de dar um conteúdo jurisdicista e parlamentar à luta por estas reivindicações democráticas. É hora de promover debates amplos, promover uma ampla propaganda de rua para contra-balancear a hegemonia até das informações que a "Aliança Democrática" dispõe com o acesso aos meios de comunicação de massa, realizar manifestações de pressão sobre o Congresso.

— Em que o impedimento de Tancredo interfere na luta por estas bandeiras democráticas?

Genóino — Eu avalio que a questão democrática tende a ganhar mais força. Ganha mais força a proposta do ato convocatório da Constituinte proposto pelo PT que deve ser combinado com a defesa de eleições diretas para presidência da República.



O PT encaminhou projetos de lei extinguindo o SNI e as Divisões de Segurança e Informação nos ministérios civis

A política econômica na "Nova República"

O impacto de algumas medidas visando a impressionar a opinião pública não conseguem mascarar o continuísmo e a ausência de alternativas da política econômica do novo

MAURÍCIO BORGES

Passados mais de trinta dias de instalação do governo, o perfil da política econômica da "nova" república permanece indefinido, influenciado, com certeza, pelas vicissitudes da conjuntura política. Aparentemente, algumas medidas de impacto foram tomadas como a rápida intervenção no Brasilinvest e o processo contra seus diretores, o que estaria a indicar uma nova e definitiva onda "moralizante" da administração pública.

Estas iniciativas, porém, não passam de um "show" para a opinião pública uma vez que a legislação brasileira é por demais perfeita e eficiente para, a um só tempo, coibir os crimes contra o capital e protegê-lo de seus próprios crimes. No final das coisas, nada vai acontecer a não ser que o governo vai bancar (mais uma vez e como sempre) os escândalos financeiros do momento, inclusive e principalmente, por uma necessidade técnica, para evitar a bancarrota generalizada de instituições financeiras.

Embora em termos substanciais pouca coisa tenha sido feita, existe já um pequeno leque de medidas que serviriam de indícios do que viria a ser a política econômica do governo Tancredo Neves e que, dadas as mudanças na conjuntura política, podem sofrer importantes alterações. Assim, foram quatro as medidas adotadas pelo ministério da Fazenda: o corte de 10% nos investimentos do governo, a suspensão por 30 dias da concessão de crédito pelos bancos estatais, a mudança na correção monetária e a retomada do controle de preços via CIP.

Um novo monetarismo?

O corte de 10% nos investimentos e a suspensão por 30 dias do crédito constituem, de um certo modo, medidas necessárias de transição para um novo governo. Isto porque se faz imprescindível a rediscussão dos gastos e créditos estabelecidos pelo governo anterior e em processamento no atual, para o que se exige um certo intervalo de tempo. Ao que parece, porém, a inspiração de tais medidas não se prendeu apenas à transição, suspeitando-se que se trata de uma política monetarista de maior alcance.

A razão para a suspeita não são as próprias medidas mas o séquito de monetaristas que acompanham Francisco Dornelles no ministério da Fazenda, especialmente, Antônio Carlos Lemgruber, presidente do Banco Central e de formação conservadora a la Milton Friedman. Segundo suas declarações — e também de José Júlio Sena, diretor da dívida pública do Banco Central —, a causa das elevadas taxas de juros e da inflação é o déficit público, impondo-se as medidas de praxe (corte de gastos) para combatê-lo.

A mudança na correção monetária que passaria a ser calculada não em função da inflação do mês (como até então vinha ocorrendo) mas a partir da média geométrica dos últimos três meses serve, a curto prazo, para reduzir a correção monetária já que o patamar da inflação está em elevação. Na verdade, esta medida seria apenas o começo de um conjunto que se completaria com um pacote a ser aprovado na reunião do Conselho Monetário Nacional no dia 23 de abril próximo que, entre outros pontos, deverá conter uma proposta de redução (de 180 para 90 dias) do prazo mínimo de emissão de letras de câmbio e de CDBs, suspensão da obrigatoriedade de aplicação de 60% do capital dos fundos de investimentos em títulos do governo e fim dos depósitos compulsórios (de 22%) sobre a captação de CDBs.

O objetivo destas medidas (a queda das taxas de juros) poderá ser conseguido, embora traga, como contrapartida, a redução da colocação de títulos do governo. Em se tratando de um monetarismo bastante ortodoxo, isto só será possível com a redução dos gastos governamentais o que coincide com as medidas iniciais anunciadas pelo ministro da Fazenda.

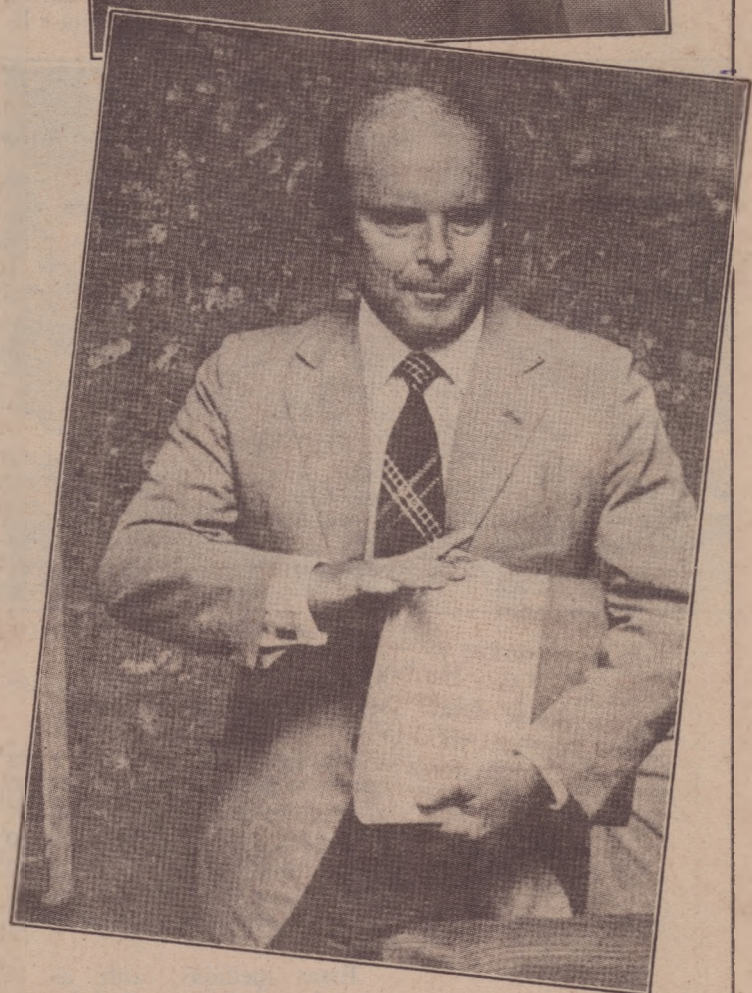
Metas "realistas" com o FMI

Se confirmada tal tendência, configurar-se-ia uma política econômica extremamente conservadora, mais ortodoxa, inclusive, que a gestão Delfim/Galveas no governo Figueiredo. A única diferença no caso, ficaria por conta do discurso que seguiria os moldes de uma nova "moralidade" (para efeito da opinião pública) embora de nenhum significado em termos efetivos. Confluiria igualmente nesta direção, o tratamento da dívida externa que, conforme os objetivos já anunciados por Lemgruber, consistiria em manter o esforço exportador atual (altamente inflacionário e um dos responsáveis pelo elevado nível de inflação) para obtenção de 11 a 12 bilhões de dólares de superávit comercial necessário para o pagamento integral dos juros da dívida. Neste sentido, em relação ao governo anterior, a diferença ficaria unicamente por conta das "cartas de intenção" negociadas com o FMI. Ao invés de simplesmente não cumpri-las no referente à taxa de inflação (como o fez sistematicamente Delfim Neto) o governo atual proporia metas mais "realistas" (de redução da inflação e do déficit público) que fossem perfeitamente viáveis.

Dentro deste contexto é que deve ser entendida a quarta medida (o controle de preços) anunciada por Dornelles. Ao invés de constituir uma alternativa ao monetarismo enquanto política de combate à inflação (poderia de fato sê-lo) esta medida de "impacto" não passa, por enquanto, de mais uma "mídia" para a opinião pública já que restringiu-se aos preços de atacado (ou seja, de capitalista para capitalista onde é extremamente fácil a transgressão do controle) não alcançando os preços de varejo que são os que realmente interessam ao consumidor e ao controle real da inflação. Aliás, mesmo neste último caso (isto é, de tabelamento no varejo), deve-se acompanhá-lo de medidas complementares (autênticas de uma economia de guerra como o confisco compulsório de estoques) para se evitar a formação de um "mercado negro".

Ausência de alternativas burguesas

O aparente caráter indefinido da política econômica prende-se, portanto, ao menos às incertezas da situação política e mais ao próprio conteúdo continuísta das políticas até agora propostas. O que ocorre é que tirante o discurso "moralizador", pouco ou quase nada deve ser acrescentado ao que estava sendo feito pelo governo anterior, o que é uma evidência não apenas do continuísmo, como querem alguns, mas da falta de alternativas para a gestão burguesa da crise econômica. Os graus de liberdade são poucos e o governo atual (ainda no estilo do que viria a ser o governo Tancredo Neves e que, pelo momento, encontra-se sem perfil) optou conservadoramente por nenhuma mudança, mesmo aquelas pouco viáveis no contexto de uma economia capitalista.



Dornelles: tão conservador como Delfim

Em debate: a linha sindical do PT

Começam a ser intensificados os debates em vários estados do país para a preparação do Encontro Sindical "Nacional do PT".

Este encontro deverá representar um passo fundamental na elaboração da linha sindical do Partido dos Trabalhadores, passo essencial para a construção de um partido que realmente seja a direção do movimento operário e popular. Esta linha sindical, deve ser compreendida necessariamente ligada a luta política geral do partido, centrada fundamentalmente nas questões colocadas pela atual conjuntura, particularmente a convocação imediata da Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, e a recusa ao estabelecimento do pacto social no Brasil. Apresentamos nesta edição, uma contribuição a este debate, trabalhando sobre as questões especificamente envolvidas.

AMÉRICO BERNARDES

A política sindical da transição conservadora

A "estratégia" da transição conservadora no campo sindical, tem como base o relacionamento entre a política econômica e social e a questão institucional e sindical. As limitações que o governo de transição encontra para fazer grandes concessões ao movimento operário, levam a que ele tenha frente ao movimento de massas em geral e ao movimento sindical em particular uma postura de também limitar os avanços da liberdade de organização e mobilização. O controle sobre o movimento sindical não pode ser "perdido", não é possível ao governo da Aliança Democrática "facilitar" a existência de um ciclo grevista: isto condiciona e li-

mudanças que serão feitas indicam uma "racionalização" jurídica, pois existem três leis de greve (a da CLT, a lei elaborada pela ditadura e o decreto dos serviços essenciais). O Ministério formulará uma lei de greve que seja única, menos arcaica do que a existente, contendo as "ressalvas" suficientes para não perder as rédeas do movimento.

Assim, o rumo apontado pelas primeiras medidas do novo Ministério esboçam o que pode ser a política sindical da Nova República: não abrindo mão de instrumentos de controle do movimento, atuará buscando maior legitimidade com atos que, legalizando algumas conquistas do sindicalismo, criam assim uma atmosfera de liberalização, concessões etc.

Ao lado desta postura, a atuação mais política, menos "truculenta" do Ministério buscará utilizar os setores do movimento que estão mais suscetíveis a atuar como aliados na "Nova República": a CONCLAT pode ser decisiva para a neutralização de iniciativas do pólo combativo. Não podemos desprezar o significado da utilização da máquina estatal para facilitar a atuação desse setor, fortalecendo-o artificialmente.

O quadro da política sindical da Aliança Democrática é um dos fatores que determinam a situação na qual o PT atuará: não há nenhuma quebra da atual estrutura sindical à vista. No entanto, entramos em uma conjuntura que exige uma visão mais elaborada de organização sindical por parte do PT. O PT lutará desde já para fazer avançar na prática a construção da estrutura sindical que propõe. Além disso, o PT encontrará uma correlação de forças entre os setores pelego-reformista e combativo, que definirá um conjunto de táticas e métodos de ação.

Orientações para uma proposta de estrutura sindical

A discussão de estrutura sindical deve partir de um pressuposto básico: a compreensão de questão sindical e a unidade do movimento. Para fazer frente à burguesia (cujas forças se expressa fundamentalmente a partir de seu controle do aparelho de Estado — forças militares, leis etc) em seu ataque constante às conquistas dos trabalhadores, estes necessitam de vários instrumentos. Por um lado é fundamental a

construção de um partido que tenha condições de compreender as questões centrais da luta de classes, que tenha um objetivo estratégico claro, que coloque como questão permanente a tomada do poder e a construção do socialismo. Por outro lado, é também fundamental a necessidade de fortalecermos organismos que unifiquem as lutas imediatas, que sirvam de referência para a totalidade dos trabalhadores. Neste sentido, os sindicatos expressam esta necessidade, sendo organismos de frente única.

Desta forma, o PT deve combater claramente as iniciativas que levem à divisão, seja por parte daqueles que tentem levar os trabalhadores a reboque das políticas da burguesia, ou daqueles que tentam transpor mecanicamente para o conjunto do movimento as diferentes concepções políticas existentes, rompendo a frente única de ação, expressa organicamente nos sindicatos. É importante compreender que a consciência da unidade forma-se naturalmente a partir do momento em que os trabalhadores enfrentam seus inimigos: a burguesia e seu Estado.

Tendo como pano de fundo a questão da unidade, é importante traçar os princípios básicos que vão orientar a concretização de um modelo sindical a serviço da luta dos trabalhadores.

Num primeiro plano destacamos três princípios:

— a independência do sindicato frente ao Estado: isto significa quebrar uma conquista histórica da burguesia em nosso país e realizar a primeira condição para que o sindicalismo possa servir à luta transformadora da classe operária;

— a democracia como base para o funcionamento do sindicato: junto com o atrelamento, a CLT impôs uma estrutura cupulista onde todo o poder se concentra não só na diretoria, mas no presidente. Numa nova estrutura, o sindicato deve expressar as reivindicações, formas de luta e organização dos trabalhadores e, para isso, o poder coletivo da base sobre as instâncias de representação e execução dos sindicatos;

— a autonomia do sindicato em relação aos partidos: a partir do momento que o sindicato se configura como um órgão de frente única dos trabalhadores, é uma decorrência natural e necessária sua completa autonomia frente aos partidos.

A estes princípios básicos é preciso agregar a defesa do irrestrito direito de sindicalização, um direito democrático que deve ser estendido a todos os trabalhadores, incluindo não só os funcionários públicos civis, como também os militares.

Pontos para a nova estrutura sindical

Para uma proposta de estrutura sindical, destacamos os seguintes pontos, que fornecem um mínimo de referenciais para este debate:

1. Na base da estrutura sindical deverão estar os **sindicatos únicos**

por ramo de atividade econômica, com todos os trabalhadores empregados no mesmo ramo de atividade reunidos no mesmo sindicato, acabando com a possibilidade, que hoje existe, dos patrões dividirem trabalhadores de uma mesma empresa em sindicatos diferentes;

2. A partir dos sindicatos por base, organizar-se-ão os níveis municipais, regionais, estaduais e nacional da Central Única. Ao sindicato único na base (garantido pela defesa política da unidade no conjunto dos trabalhadores) deve corresponder uma Central Única para a unificação dos trabalhadores dos vários ramos de atividade. No interior da Central deverá haver toda organização que servir à unificação das lutas e à democracia do movimento, levando em conta a diversidade de setores existentes e os interesses do conjunto;

3. A estrutura do sindicato deve garantir a democracia em sua condução, expressa em duas vertentes básicas:

— o controle coletivo pela base das decisões e da diretoria eleita,
— o direito de expressão e representação das correntes internas.

O primeiro aspecto implica a existência de meios orgânicos para a expressão da vontade coletiva da base: assembleia geral e congresso como instâncias superiores (sendo instâncias de mesmo nível mas com funções diferenciadas); num segundo plano o conselho de delegados de base, eleitos por fábrica ou fábricas (cada delegado representando o mesmo número de trabalhadores), tendo como papel fundamental a ligação entre a fábrica e a diretoria do sindicato, e, por fim, a diretoria.

Quanto ao segundo aspecto, há a implicação na proporcionalidade de participação na diretoria do sindicato de todas as correntes políticas que concorram à direção, o que deve ser assegurado também a nível do sindicato de base, como já ocorre nas estruturas regionais, estaduais e nacional da CUT. A proporcionalidade se dará, evidentemente, num quadro novo do sindicalismo: com cada sindicato definindo seu estatuto e carta de princípios, com um nível de democracia e influência da base o mais direto possível.

4. Auto-sustentação financeira das entidades sindicais: para uma real concretização dos princípios de independência e autonomia, é necessário que os organismos sejam sustentados diretamente pelos trabalhadores, o que implica o fim do imposto sindical.

A apresentação dos princípios e orientações para uma estrutura sindical deve servir como norte orientador para as modificações a serem realizadas pelo movimento. Mas não devemos esperar que a atual legislação caia por inteiro, para só então realizar as mudanças. O movimento operário precisa impor seu próprio ritmo às mudanças e generalizar e aprofundar, imediatamente, alguns passos já dados na ruptura com os mais de 40 anos de controle burguês sobre os sindicatos.



Democracia e unidade na ação

mita as "concessões" que o governo fará no campo sindical.

Este limite não tem nada a ver com um possível imobilismo do novo governo no campo sindical. O que tem acontecido é o oposto disso: várias medidas já foram tomadas na primeira semana do governo e outras já são anunciadas.

Essas medidas, tanto as já tomadas (anistia aos dirigentes cassados) ou as anunciadas (reconhecimento da CUT e da CONCLAT) indicam um caminho: a política do Ministério do Trabalho será no sentido de tornar "de direito" muitas conquistas "de fato" do movimento sindical. Ao mesmo tempo, as alterações que encaminhará não poderão ser profundas o suficiente para retirar ameaças e controle sobre o movimento: o melhor exemplo é a lei de greve. O debate sobre as

Estes passos iniciais são: a alteração radical das normas eleitorais dos sindicatos, com a organização de juntas eleitas em assembleias e integradas por membros das chapas concorrentes; o fim do controle burocrático que as diretorias pelegas exercem sobre o processo eleitoral; a liberdade de organização de chapas e a garantia da participação proporcional da diretoria eleita.

Ao lado disto, os sindicatos, especialmente aqueles com maioria de militantes do PT na sua diretoria, precisam tomar a iniciativa de preparar seus congressos internos para definição de estatutos e carta de princípios.

Estas iniciativas servirão como poderoso referencial para o conjunto do movimento sindical e também servirão para demonstrar, na prática, que os trabalhadores é que devem gerir os seus instrumentos de luta.

Como maneira tática de lutar pela independência e autonomia sindical, o PT deve apoiar a aprovação pelo Congresso Nacional da Convenção 87 da OIT.

Sindicato e Comissão de Fábrica e Empresa

Uma nova estrutura sindical deve prever a presença do sindicato no local de trabalho. Esta presença é garantida pelo Conselho de delegados de base, que, necessariamente, deverão ter estabilidade, garantindo-se subsedes do sindicato no interior das empresas, etc.

A comissão de fábrica ou empresa — uma forma de organização cada vez mais freqüente no movimento sindical — deve ser entendida, expressamente, como fora da estrutura sindical.

Esta autonomia frente aos sindicatos é consequência do potencial e da natureza das comissões. Como expressão da auto-organização dos trabalhadores elas questionam o poder patronal nos locais de trabalho, assumindo assim funções além das do sindicato, ou seja, além da defesa das condições de vida e trabalho. Elas são embrionariamente órgãos de poder dos trabalhadores e por isso não cabe enquadrá-las na estrutura sindical.

Elementos de uma política salarial

Em relação à política salarial devemos defender a revogação de todos os decretos que existem regulando a questão e propor em substituição uma nova política que contenha no mínimo 3 pontos. Em primeiro lugar é necessário que os reajustes salariais sejam automáticos a cada elevação de 10% do Índice do Custo de Vida aferido pelo DIEESE. É fundamental que o movimento sindical tenha a postura que o reajuste é um direito inalienável. Em segundo lugar é necessário uma política para recomposição do nível salarial, comprimido e archoado pela ditadura. Para concretizar essa recomposição duas propostas: a de um salário mínimo real (o do DIEESE) e a conquista de um índice nacional que signifique recompor os salários superiores ao mínimo (índice a ser pesquisado). Em terceiro lugar a luta por

umentos reais, que deve ser pauta das livres e coletivas negociações que deverão ocorrer em uma data-base única nacionalmente: 1º de maio.

Direito de Greve e livre negociação

O movimento sindical não pode isolar a luta pela nova estrutura sindical de outras reivindicações.

Deve haver um irrestrito direito de greve, sem outras regulamentações. Ao lado deste direito todos os elementos necessários à existência real da livre negociação devem ser garantidos: proibição da intervenção estatal contra os movimentos grevistas, garantias efetivas para que a negociação seja livre, proibindo demissões e garantindo a estabilidade aos trabalhadores etc.

O fortalecimento da CUT

A política para a CUT deve ter um ponto de partida: a atual correlação de forças no movimento sindical apontará para a manutenção da divisão entre a CUT e a CONCLAT. E é nesse quadro que se dará nossa luta pela construção de uma estrutura sindical que signifique a independência, democracia e unidade.

A construção da CUT como uma central efetivamente única deve ser um importante norte, pois a mais ampla unidade dos trabalhadores é decisiva para o enfrentamento da unidade da burguesia.

Temos que precisar como, na realidade da classe trabalhadora brasileira, será construída esta unidade. Para a conquista desta unidade é fundamental a consolidação e o fortalecimento da CUT. A criação de uma forte hegemonia no conjunto do movimento sindical pela CUT é o principal elemento para a garantia da construção de uma central unitária no país. Isto porque a unidade não pode ser vista como um processo que leve ao imobilismo e na prática à paralisia do processo de construção da central.

Nesse processo de fortalecimento da CUT deve haver um permanente esforço para que avanços sejam realizados: a **unidade na luta** com todas as forças do movimento sindical deve ser um objetivo da CUT. Primeiro porque há uma série de contradições mesmo no bloco reformista que fazem com que muitas vezes, mesmo que eles **queiram** selar pactos, não poderão fazê-los, pois a burguesia poderá ceder muito pouco. Lutas como, por exemplo, por um salário mínimo real unificado, reforma agrária etc, devem ser encaminhadas com esse sentido. E essas lutas seguramente fortalecerão o pólo mais combativo, o pólo da CUT, contribuindo para a conquista da hegemonia do movimento operário.

Fortalecer a CUT significa construir as suas instâncias, desde o nível regional até o nacional, significa buscar uma efetiva implantação na classe, mesmo nos sindicatos cujas diretorias apóiam a Conclat, significa ter uma efetiva presença na vida política e sindical nacional, significa o avanço no sentido da efetiva centralização das lutas.

A Questão Partido-Sindicato

Os sindicatos na atual fase do capitalismo tendem a ser ou um instrumento patronal aberto ou podem avançar no sentido de serem ferramentas da transformação social. O campo do reformismo e/ou a barganha econômica despolitizada estreita-se cada vez mais sob o capitalismo dos monopólios. A ação sindical tem limites dentro de uma estratégia de transformação social, pois os sindicatos são parte da sociedade capitalista: expressam a sociedade baseada na divisão de classes e ao mesmo tempo se opõe ao capitalismo na forma como este distribui a renda. Representam uma organização condicionada pelo local de trabalho, nesse sentido, um reflexo passivo da organização da força de trabalho.

A organização partidária, diferentemente, tem outra qualidade. É uma organização voluntária, que rompe com a estrutura "natural" da sociedade onde se insere, que se propõe a reestruturar a organização social existente.

Os sindicatos produzem, no limite, uma consciência setorial e corporativa da luta de classes e sua arma maior, a greve, é uma atitude absenteísta, uma ausência, frente ao capitalismo vigente. Este limite perante a sociedade em que existe, permite ao sindicato apenas conquistas parciais, nunca a contestação global do sistema. Mesmo a ocupação de empresas num momento de luta é uma atitude de resistência, que não permite a ação ofensiva que reordene as leis, retome os investimentos, e a atividade produtiva, que avance sobre o poder do Estado.

Nesse sentido, o Partido é insubstituível na globalização das lutas e das propostas programáticas que alterem a sociedade. É insubstituível pois é sua centralização que permite enfrentar um inimigo também altamente centralizado no aparelho estatal.

A atuação sindical do PT

A ausência de uma linha sindical mais definida pelo PT é um dos elementos que tem contribuído para a pequena presença organizada e atuante de largos setores do movimento operário e sindical que apóiam e tem como referência política o PT, o que leva ao debilitamento do caráter operário e militante do PT. É necessário que esse quadro seja revertido, organizando e trazendo efetivamente para o interior do PT estes setores. Não podemos nos esquecer do papel que o PT tem no sentido de, possibilitando uma atuação partidária para amplos setores da classe, politizar e dar uma consciência mais global da luta operária, sentido que a mera atuação sindical apresenta muitos limites. Portanto, para o PT a frente sindical não é uma frente qualquer.

Definir uma linha sindical para o PT não ameaça a autonomia dos sindicatos, pois o que garante esta autonomia é a defesa desse princípio no próprio sindicato, ao lado de seu funcionamento democrático: colocaremos nossas posições nas instâncias dos sindi-

catos e acataremos a posição da maioria.

Ao lado da defesa de sua política sindical, o PT deve ter uma política mais concreta, que seja capaz de organizar e impulsionar a luta nas mais variadas categorias onde nossos militantes e filiados estão presentes.

Enfim, o PT deve cumprir o seu papel de elevar a politização do movimento (que é diferente de partidização do movimento). Para organizar toda nossa atuação o ponto de partida são os núcleos de categoria, um elemento fundamental para dar lugar efetivo aos militantes operários sindicais do partido. Para tanto, duas questões devem ser abordadas: primeiro, a necessidade de dar aos núcleos uma efetiva participação na vida do partido, influenciando nas decisões e definições tomadas; segundo, a compreensão que os núcleos devem ser vistos como um local amplo de organização dos trabalhadores, portanto, todas as facilidades devem ser dadas para o seu funcionamento, possibilitando que sejam criados núcleos de base próximos aos locais de trabalho e/ou moradia.



O fortalecimento da CUT é fundamental

Além de ser visto como um nível até mesmo vitalizador do partido, os núcleos por categoria não podem ser encarados como um nível que vá discutir apenas questões sindicais ou ligadas à categoria. Os núcleos são organismos do partido, logo devem discutir a política do partido para a sociedade brasileira; são locais de formação e desenvolvimento político dos trabalhadores. Uma das tarefas dos núcleos é a discussão sindical e de atuação na sua categoria, tarefa importante, mas não única ou exclusiva.

Uma observação importante é sobre as possibilidades que as alterações na legislação que rege o funcionamento dos partidos políticos abram para um novo estilo de funcionamento e estruturação do PT. A revogação da atual lei orgânica dos partidos e a conquista da efetiva liberdade de organização partidária, possibilitarão ao PT se organizar a partir de núcleos de base, dando a eles um papel efetivo na vida partidária.

Já a secretaria sindical deve ter um papel de organização e centralização geral da atuação sindical do partido; é um nível para coordenar a ação concreta dos militantes sindicais ligados ao PT, entendendo como um setor do movimento sindical, setor que deve atuar com coerência e articulação.

1º de maio

A construção da unidade na luta

A realização do ato de 1º de maio este ano em São Paulo poderá se constituir como um momento importante de repúdio à política do pacto social e de austeridade da "Nova República". Garantido como um ato unitário, por iniciativa da CUT, a manifestação conta ainda com um problema: a presença de autoridades do governo, concessão aberta pela CUT para manter este caráter. Para fazer frente a isto é importante reforçar a luta geral, ampliá-la entre as massas trabalhadoras, generalizar as greves. Outro ponto importante é a reivindicação do salário mínimo real, primeiro grande teste da política salarial do governo. Desta forma, só a luta dos trabalhadores, a massificação das bandeiras e a ampliação das greves é que darão a efetiva garantia de um 1º de maio classista, unitário e de luta.

Classista, Unitário e de Luta. Este será, a partir de iniciativa da CUT de São Paulo, o caráter das comemorações do 1º de maio deste ano em São Paulo. Centrado nas principais bandeiras do movimento operário brasileiro, particularmente as da campanha nacional de lutas da CUT, reforçando também a luta contra o Fundo Monetário Internacional, o 1º de maio realiza-se num momento especial da conjuntura brasileira. Por um lado, explode a greve dos metalúrgicos ligados ao chamado grupo independente, liderados pelo Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema, colocando a redução da jornada de trabalho e o aumento real de salários como principais reivindicações. Por outro lado, reforça-se a necessidade de o movimento operário dar uma efetiva resposta à política de conciliação de classes, expressa na iniciativa de conformação do pacto social. Também coloca-se com bastante agudeza a luta pela recomposição dos salários, já que no 1º de maio será decretado o salário mínimo da "Nova República".

A convocação do 1º de maio

A garantia do caráter unitário destas co-

memorações foi um processo difícil. A iniciativa partiu da CUT, que se dirigiu publicamente à direção da CONCLAT propondo a realização de um ato unitário. Aceito inicialmente, este ato foi sendo ameaçado, já que a unidade dos trabalhadores em torno de propostas de combate, não interessa à política de conciliação encaminhada pela CONCLAT. Depois de várias discussões, onde a CONCLAT fincava pé na decisão de convidar autoridades do governo para as comemorações, foi acertada a proposta de que a coordenação do ato - formada por membros da CUT e CONCLAT - elaborará uma lista de convidados, abrindo-se a possibilidade de que cada setor possa trazer 4 convidados, caracterizados como convidados por responsabilidade deste ou daquele setor. Esta obviamente foi a concessão feita pela CUT para garantir que não houvesse o rompimento das manifestações unitárias. Mesmo depois desta concessão a CONCLAT demorou três dias para dar uma resposta se aceitava ou não a proposta.

Se é claro que a garantia da unidade nas manifestações é fundamental neste momento em que a burguesia unificada na Aliança Democrática reforça uma política de austeridade, é também evidente que a abertura para a presença das autoridades que estão responsáveis pela implantação desta política coloca problemas para a manifestação.

Neste aspecto, esta presença pode criar espaços para reforçar uma visão de "concilia-

ção nacional", de "unidade entre povo e governo" etc, etc. Este problema, que deveria ter sido combatido a partir do espaço que a CUT tem conquistado, das mobilizações e manifestações que tem ocorrido, deverá ter uma resposta no próprio processo que leva ao ato.

E importante manter a garantia da caracterização classista do ato, lutando para que, a expansão das lutas sua radicalização e unificação sejam um fator desencorajador da presença das autoridades. Também é importante que a CUT coloque claramente que não é responsável pela presença destas pessoas que têm o papel de aplicar a política anti-operária da Aliança Democrática.

Desta forma, é consequência desta unidade na comemoração a ampliação da unidade de luta em torno das bandeiras centrais do movimento: redução da jornada, salário mínimo real, reajuste trimestral, salário desemprego, direito de greve, liberdade e autonomia sindical, reforma agrária e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana.

Esta unidade não é um fator de retórica. Ela se expressa concretamente neste momento na luta dos metalúrgicos do grupo independente, nas lutas dos trabalhadores das estatais e dos servidores públicos etc.



A questão do salário mínimo

Outra questão importante que o 1º de maio coloca é a decretação do novo salário mínimo. O governo já tem colocado as dificuldades que encontra para aumentar o salário mínimo, dos problemas que isto causaria para a economia brasileira etc. Tem falado da perspectiva de um pequeno aumento (talvez algo em torno dos 110% do INPC). A CONCLAT apresentou um documento ao governo reivindicando a decretação de um salário mínimo no valor de Cr\$ 480.000 aproximadamente, algo em torno de US\$ 100 (o salário mínimo médio da América Latina), como primeira parte de um processo de recomposição do valor real. Contudo, a reivindicação de salário mínimo real (cujo valor em abril está por volta de Cr\$ 900.000) clarifica melhor o eixo da reivindicação. Cabe ao governo apresentar sua contraproposta, explicando-a claramente. Neste sentido, o movimento operário e popular deve dar uma demonstração de sua força, rejeitando as políticas que adiam a verdadeira solução do problema.

Bancários/Rio

Categoria decide os rumos do sindicato

Foram realizadas as importantes eleições para o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro nos dias 15, 16 e 17 de abril. Na data da saída desta edição ainda transcorriam as apurações.

As duas chapas que disputaram as eleições compõem-se de forças da antiga diretoria e de forças vinculadas à CUT. A chapa 1 — agrupando o setor hegemônico da diretoria, identificada com a Voz da Unidade, e a MUDE, movimento de oposição identificado com a CUT — formou-se num processo de prévias eleitorais, do qual participaram mais de 5000 bancários, definindo proporcionalmente a participação de cada setor na diretoria. A seguir, em reuniões ampliadas por bancos, chegou a um programa de ação unitário.

A chapa 2 — agrupando o setor minoritário da antiga diretoria, identificado com o PDT, e o setor de oposição ligado à Convergência Socialista e também identificado com a CUT — formou-se a partir de seu próprio processo de reuniões. Ela, obviamente, recusou-se a participar do processo unitário aprovado em assembleia geral do sindicato que abriu o período eleitoral.

Independente do resultado, alguns fatos devem ser destacados. O primeiro, sem dúvida, é a incapacidade da CUT (da sua Executiva Nacional, em particular) em entender, neste caso, o sindicato como frente única e participar de um processo de que rompeu com a CLT, levou à discussão e partici-

pação expressiva parcela da categoria.

O outro fato é a abertura de uma nova fase do sindicato, onde a organização da categoria por local de trabalho e como conjunto ganham mais espaço.

O desenvolvimento desta organização será o fator decisivo para as definições do sindicato sob a próxima diretoria. Sob uma gestão ou outra, se desenrolarão debates, tanto nas questões específicas como nas mais gerais, que se politizarão, com tendências conciliadoras por um lado e posições de independência de classe por outro. Se na chapa 1, por exemplo, aparecem as tradicionais posições da Voz, na chapa 2, hegemônica pelo setor ligado ao PDT, não deixarão de pesar suas vinculações com a política brizolista e até mesmo com o governo do estado (aliás, proprietário de um dos grandes bancos do Rio, o Banerj). O que importa, portanto, é saber qual alternativa eleitoral fortaleceu mais e se baseou numa ampliação da participação organizada. E neste sentido que o processo que culminou na chapa 1 foi o mais correto por ser o que mais possibilidades abriu para a organização da categoria.

Denúncia:

Membro da Chapa 1 covardemente agredido

No dia 8 de abril dois membros da chapa 2 — **Ciro Garcia** e **Guilherme Haeser**, respectivamente vice-presidente e suplente da chapa — chefiam cerca de 15 de seus apoiadores numa covarde agressão física ao secretário-geral da chapa 1, **Roosevelt Rui**, e a mais dois membros da chapa.

Usando métodos que, teoricamente, pelo menos, deveriam abominar, estes ativistas ganham a abjeta notoriedade como chefes-espancadores de militantes da causa dos trabalhadores.

Que o seu ato seja repudiado pelo movimento operário!

LIÇÕES DA HISTÓRIA

O Pacto de Moncloa

O movimento operário e popular no Brasil tem de conhecer o que foi o Pacto de Moncloa, pois tem sido frequentemente citado como um exemplo de pacto social. O seu significado para os trabalhadores espanhóis traz para os trabalhadores brasileiros a indicação de como enfrentar conseqüentemente as discussões sobre a proposta de pacto social no Brasil.

O capitalismo espanhol atravessou, de 1973 a 1977, uma crise sem precedentes. Não se tratava mais de uma economia predominantemente agrária e dividida regionalmente, mas de um estado fortemente centralizado e de uma sociedade modernizada e remodelada brutalmente por décadas de desenvolvimento militarizado.

O problema, em 1977, para as burguesias espanhola e europeia, era conseguir operar uma reestruturação industrial e um acerto da dívida externa cujos custos fossem aceitos principalmente pelo proletariado. Um problema difícil, pois não apenas encontrava resistências nos setores arcaicos que haviam se cristalizado sob o franquismo, mas sobretudo porque, nos anos anteriores organizara-se um poderoso movimento operário, com algumas pontas clandestinas e algumas outras inseridas em brechas legais conquistadas à ditadura.

O Pacto de la Moncloa

Entre março e junho de

1977, o governo de transição, chefiado por Adolfo Suarez, um franquista "modernizado", promove uma série de reformas políticas que removem o "entulho autoritário", concedendo anistias, legalizando os sindicatos e partidos, reformando a legislação eleitoral. Entre junho de 1977 e outubro de 1978 se desenrola o "período constituinte". No meio desse período, quase como uma garantia para a transição controlada, firma-se no palácio do governo, La Moncloa, o pacto que leva o seu nome: outubro de 1977, o Ministro da Fazenda apresenta aos partidos políticos o plano de estabilização formulado pela agremiação governista, a União do Centro Democrático (UCD). Os partidos, inclusive o PCE e PSOE, assinam e, depois, se põem à dura tarefa de converter à nova ordem seus seguidores nos sindicatos e movimentos sociais.

O plano impunha várias medidas de restrição ao crédito, contenção de despesas, aumento de exportações, reestru-

turação industrial (e portanto da mão-de-obra empregada), estímulos à inversão privada (cortes nos seus impostos e contribuições previdenciárias, por exemplo). E, principalmente, impunha uma política de "tetos salariais" a serem aceitos pelas centrais sindicais. A "filosofia" do pacto foi alardeada pelos partidos operários majoritários (PCE e PSOE) e pelas suas centrais (CCOO — Comisiones Obreras, hegemonizada pelo PC; e UGT, União Geral dos Trabalhadores, de hegemonia PSOE). Era bem simples: estabilidade, sacrifícios e paz social induziriam os empresários a confiar na nova sociedade e a investir mais na produção e menos na especulação.

Resultados econômicos do pacto

Portanto, as "contrapartidas" oferecidas ao movimento operário e popular tinham que ser, necessariamente, muito vagas e baseadas em alguma forma de "esperança".

Bem cedo, alguns meses de-

pois, a "dinâmica real do pacto iria revelar sua face cruel. Evidentemente as contrapartidas acenadas — os planos de emergência dos mais variados tipos — ficariam no papel e prometidos para quando "as dificuldades passassem". Os empresários continuaram especulando e efetivando uma verdadeira "greve de investimentos". E, a cada recuo tático "generoso e compreensivo" do movimento operário, aumentavam as exigências, certos de que já haviam confundido, dividido e enfraquecido suficientemente as centrais sindicais e os partidos operários.

Do ponto de vista dos salários, antes do pacto, ainda sob a ditadura, os operários haviam conseguido impor, muitas vezes, reajustes de 2 ou 3 pontos percentuais acima da inflação, como um meio de compensar a defasagem dos reajustes, que come os salários não apenas pelos índices mas pela frequência. A conquista de reajustes semestrais, anterior ao pacto, acabou sofrendo retrocessos com a "abertura". O desemprego não apenas se manteve: aumentou brutalmente, nos estaleiros, na siderurgia, indústria automobilística e na agricultura.

Os resultados políticos

Contudo, o efeito mais poderoso do pacto não foi econômico. Foi político. Ele conseguiu fazer das centrais e dos partidos, cada vez mais, verdadeiros reféns do regime e da sua "boa vontade", uma vez que não mais podiam basear

sua existência num entusiasmo militante das lutas, lutas que haviam desaconselhado ou esfriado "realisticamente".

A divisão estabelecida entre os trabalhadores pode ser vista não apenas pela corrida entre as centrais sindicais. Mas até mesmo nos convênios coletivos ela se torna evidente. Por exemplo, as grandes empresas, normalmente, dispunham de um movimento operário mais organizado e forte. Acontece que nelas as perdas eram menores, inclusive porque possuíam o fôlego suficiente para "pagar mais". Tinham maior produtividade, mais créditos, dispunham de benefícios indiretos (transporte, alimentação, assistência) que baixavam seus impostos etc. As pequenas e médias empresas apresentavam o quadro inverso. Esse pequeno exemplo mostra como a imposição do pacto, setor por setor, empresa por empresa, quebrava um elemento fundamental da "solidariedade" das lutas salariais unificadas. Aliás, acrescenta-se que uma empresa podia sair do acordo geral da categoria, ramo ou região se demonstrasse que seus custos salariais, se cumprissem o acordo, ultrapassariam o pacto firmado nacionalmente...

As conquistas burguesas foram assim espantosas: desafiliação sindical, direitização e burocratização das centrais. Quanto aos partidos "operários", ou se burocratizaram e "ajustaram" como o PSOE, ou acabaram em mil pedaços e se enfraqueceram, como o PCE. Aliás, este último conseguiu fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

ELEIÇÕES NOS PROFESSORES DE SP

Uma chapa unitária contra a conciliação

Nos próximos dias 30 e 31 de maio serão realizadas eleições para a diretoria e para o Conselho de Representantes na Associação dos Professores de Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeosp), que congrega 35 mil associados em todo o estado. Os petistas participam da chapa APEOESP Faz que representa a defesa da entidade como instrumento democrático de luta pelos interesses dos professores.

Há quatro anos a Associação dos professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeosp) vem sendo dirigida pelo setor indentificado com o professor Gumercindo Milhomem, atual presidente e com o deputado estadual Paulo Frateschi. Este setor é filiado ao Partido dos Trabalhadores, porém pouco comprometido com as decisões políticas do partido e menos ainda com a sua construção no interior da categoria. Afirmar-se também a favor da CUT, porém mostrando-se pouco empenhado na sua construção, seja através da participação nas instâncias de direção, seja construindo-a pela base.

No interior do movimento de professores, esta atual diretoria tem-se caracterizado pela vacilação. Em nome de uma pretensa política para as grandes massas" recusa-se a exercer o papel de uma verdadeira direção - aquela que representa dentro do movimen-

to o futuro do movimento - contribuindo para a despolitização da categoria e seguindo a reboque dos seus fluxos e refluxos.

Oposições

Ao longo das suas gestões, esta direção tem enfrentado dois tipos de oposição. Por um lado, os setores ligados ao PMDB, hoje hegemonizados pela **Tribuna da Luta Operária**. Várias vezes coincidindo nas propostas práticas com a atual diretoria, este setor, no entanto, tem um projeto claro de atrelamento político e orgânico da entidade ao governo estadual, de conciliação e de burocratização dos canais de participação do movimento.

Para as atuais eleições, os setores peemedebistas estão unificados na chapa **Apeosp Presente**, presidida pela professora Lilian e contam com o apoio do setor ademarista do PDT de São Paulo. Já é visível o empenho na sua campanha da máquina do PMDB e de forma mais discreta, porém não menos eficiente, da Secretaria da Educação.

De outro lado, particularmente após a greve do ano passado, vem se articulando um amplo setor de petistas combativos, incluindo algumas lideranças históricas da categoria e setores ligados ao jornal **EM TEMPO**, à Convergência Socialista e independentes. No V Congresso Anual da Apeosp, em novembro último, este setor demonstrou a sua capacidade de influência sobre a categoria, vencendo a maioria das propostas no sentido de luta, de democracia na entidade e de um posicionamento políti-

co claro de não-conciliação. Estas vitórias só foram possíveis porque este setor, enraizado basicamente apenas na Grande São Paulo, foi capaz de atuar sobre as bases da atual diretoria, em geral petistas e combativas.

Projeto

Assim, para aqueles que se colocam no campo da construção do PT e da CUT e da recusa intransigente do pacto social, havia basicamente uma questão nestas eleições: como consolidar e ampliar este bloco combativo? Qual o melhor caminho para transformá-lo numa referência de massas para a categoria e ampliar sua influência no interior do estado?

Certamente, em primeiro lugar, evitando a vitória dos que querem atrelar o movimento ao governo Montoro. Assim, a resposta se concretizou na luta pela formação de uma chapa unitária de todos que concordassem com a defesa de independência da Apeosp em relação ao governo, com a recusa ao pacto social e com o fortalecimento da CUT, o que evidentemente incluía a articulação reunida em torno à atual diretoria. A apresentação a categoria de duas chapas programaticamente diferenciadas de forma clara, não apenas diminuiria bastante as possibilidades de vitória do setor conciliador, como contribuir para a politização da campanha eleitoral, trazendo para o interior da categoria os principais embates que hoje se dão em todo o movimento sindical.

Porém, apesar de concordar com estes pontos programáticos, a atual diretoria recusou-se a um processo democrático de formação de chapa, apresentando vetos políticos a setores e a nomes. A recusa de uma convenção democrática e a exclusão de setores que são representativos na categoria significam, antes de mais nada, o enfraquecimento da capacidade da chapa formada em combater pela independência da entidade e em representar efetivamente os interesses dos professores.

Diante disso, evidenciou-se dentro do setor petista a diferença entre aqueles que estavam realmente comprometidos com a defesa da entidade como instrumento de luta e com a construção de um pólo combativo de direção e aqueles que estavam buscando apenas a sua própria construção.

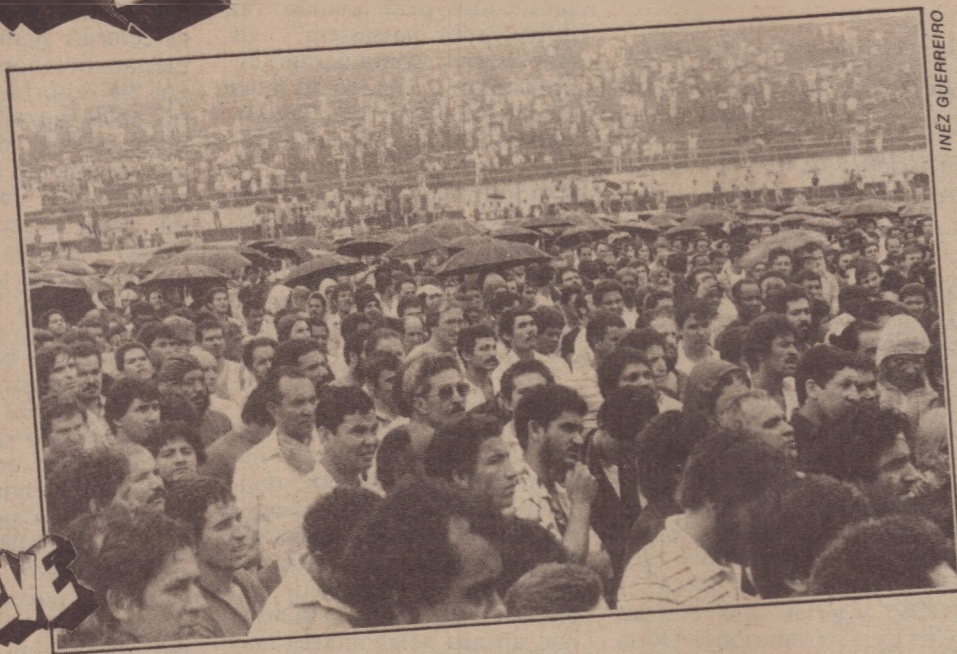
Os primeiros, com todas as críticas que têm à atual diretoria e ao veto político, compuseram com ela, formando a chapa **Apeosp Faz** em cuja programação estão assegurados os três pontos programáticos definidos como centrais. Nesta chapa estão representados os principais setores petistas e, com sua vitória, estará aberto o campo e o desafio para os petistas se construírem como direção alternativa para toda a categoria.

Setores minoritários do PT capitaneados pela Convergência Socialista, demonstraram mais uma vez o seu descompromisso com o movimento lançando uma terceira chapa cujo único papel será dividir as forças e os votos do setor combativo da categoria.

GREVE

Em torno do ABC, unificar a luta

GREVE



INÊZ GUERREIRO

O movimento grevista está em cena, com um grande vigor. As lutas operárias por conquistas econômicas, sociais e políticas estão marcando presença na cena política do país, apesar de toda a pressão feita sobre o conjunto do movimento operário para que tivesse uma postura passiva.

Este movimento reflete uma necessidade de conquistas para que os trabalhadores enfrentem a crise e também a disposição de cobrar as perdas salariais que lhes foram impostas em 21 anos de ditadura militar.

As greves dos metalúrgicos

As negociações e a greve dos sindicatos independentes são o elemento polarizador nesse momento. Há um avanço importante na luta dos metalúrgicos pela centralidade da reivindicação das 40 horas sem redução de salário. A luta dos metalúrgicos não está restrita ao ABC: há greves em Campinas (70% da categoria parada), Sorocaba (90%), Itu (95%), Taubaté (95%), São José dos Campos (17000 parados). Além da luta e mobilização dos sindicatos "independentes", a intransigência da FIESP levou a Federação dos Metalúrgicos a propor greve a sua base, greve que no dia 4 de abril paralisou a base de 19 dos 31 sindicatos a ela ligados. Um apelo do

Ministro Almir Pazzianotto, durante um dos momentos críticos da saúde de Tancredo Neves, foi suficiente para que o Presidente da Federação, Argeu Egídio dos Santos, recuasse da proposta de greve. O que levou a criação de vários atritos com suas bases; em Santos, por exemplo, os metalúrgicos empregados nas empreiteiras não acataram a ordem de acabar com a greve.

A atuação da FIESP pode criar algumas dificuldades para que a Federação chegue a assinar o seu acordo: na negociação via Justiça do Trabalho a FIESP não acatou a proposta conciliatória feita pelo TRT, proposta que já havia sido aprovada em todos os sindicatos ligados a Federação (a proposta do TRT prevê 100% do INPC, 3% de produtividade, 100% para as horas-extras e estabilidade no emprego por 120 dias).

Já em relação aos sindicatos independentes a postura da FIESP é a de forçar a declaração de ilegalidade da greve no menor espaço possível de tempo. As contra propostas por ela apresentadas não revelam nenhum avanço no atendimento das reivindicações da pauta levantada pelos trabalhadores.

A perspectiva que tem sido considerada a mais provável pelos metalúrgicos é a de que, com o endurecimento da FIESP a greve deve prosseguir. A preparação é para

uma luta longa. Na reunião que a CUT-SP convocou para discutir as greves em curso e as perspectivas de sua unificação, um dirigente sindical de Santo André ao apresentar a situação do ABC lembrou a avaliação da greve de 1980, avaliação que levanta os problemas decorrentes do isolamento da mobilização e concluiu a necessidade de já começar a articulação com outras categorias, partindo da capacidade de mobilização de cada uma delas.

Possibilidades de avançar a unificação

Na campanha deste ano há uma possibilidade de ampliar a unificação intercategorias. O principal veio para esta unificação, é um movimento que já vinha se desenvolvendo na Zona Sul de São Paulo (principal concentração operária da cidade). Ao lado desta, há uma série de lutas que estão se esboçando: na reunião da CUT-SP foram apresentadas avaliações de várias categorias. Os bancários realizariam uma Caminhada pelo Trimestral, os aeroviários e aeronautas se encontram em campanha, os coureiros com cerca de 17 fábricas paralisadas, os metalúrgicos de São Paulo estão com uma Assembleia marcada para a 4ª feira, os químicos consideraram promissor o movimento na Zona Sul, os motoristas de São

Paulo têm assembleia marcada para o dia 30 de abril, o Pacto Interindustrial dos Setores Essenciais (que envolve telefônicos, eletricitários dentre outros) com assembleia marcada para o dia 24 de abril e os ferroviários estão em campanha, tendo feito uma assembleia com cerca de 2000 trabalhadores e estão com uma outra marcada para o dia 20.

Evidentemente que a mera justaposição de várias lutas não necessariamente significará a unificação de lutas. É importante que ocorram iniciativas unitárias, esforços de unificação, planejamento de ações comuns. Afinal, o centro das lutas em curso tem vários pontos comuns, em particular a questão do trimestral e jornada de 40 horas.

O peso de uma ação comum entre os sindicatos já em greve com a ação dos metalúrgicos de São Paulo mesmo se regional, significará um grande passo, e um grande estímulo para a ação de todo um outro conjunto de setores operários.

O 1º de maio e a questão da greve geral

É natural que toda dinâmica unitária que se desenvol-

va tenha por horizonte o fortalecimento das comemorações do 1º de maio, transformando-o num dia de luta, em particular, pelo salário mínimo real. E essa dinâmica se desenvolvendo significará um importante acúmulo para a discussão e preparação da greve geral no país. A greve geral não é uma questão de curto prazo, mas as lições que são tiradas de um momento como o que o movimento sindical combativo vive apresentará alguns dados importantes para a preparação da greve geral. A primeira questão é que não há uma unificação automática, através da mera unificação de palavras de ordem.

É necessário que a partir de lutas que tenham capacidade de polarizar o conjunto dos trabalhadores haja articulações de ações comuns: as primeiras mobilizações intercategorias é que serão o embrião e deve ser a meta imediata do movimento. A partir delas e da experiência com elas acumulada é que se desenvolverá a necessidade de desenvolver a política da greve geral. Entre as primeiras mobilizações intercategorias e a mobilização por uma greve geral seguramente haverá um conjunto de passos a serem dados, que passam fundamentalmente pela realização de algumas Jornadas Nacionais de Luta, centradas em reivindicações comuns do movimento.



INÊZ GUERREIRO

GREVE

O significado das greves: na luta, recusar o pacto social

O principal significado é o de já ser uma recusa à aceitação de uma política de pacto social por parcelas expressivas do movimento dos trabalhadores. Estas lutas permitem desenvolver uma política mais efetiva de contração ao pacto, negando-o e fortalecendo a luta pelas reivindicações centrais do movimento, hoje bem centralizadas pelos pontos da Campanha Nacional da CUT.

Por outro lado o comportamento empresarial nesta negociação tem demonstrado que muito pouco têm a oferecer, e que têm se atitado até mesmo com seus melhores aliados.

Não podemos deixar de relacionar os limites da ação da Nova República no setor salarial e sindical: a instabilidade por que passa a Aliança Democrática em função da doença de Tancredo Neves tem diminuído a capacidade de atuar ofensivamente no setor. Quadro que não deve persistir por muito tempo, e o movimento operário não pode esperar: tem de ser ofensivo, ocupar espaços, crescer a sua atividade e presença.

ZONA SUL

Greves se espalham

Desde o início do ano mais de 30 fábricas da região chegaram a greve: antes da eclosão da greve de São Bernardo do Campo já estava se desenvolvendo um significativo processo de mobilização na região sul da cidade. Processo que no último mês se desenvolveu assumindo um certo caráter de ação inter-categorias.

Teve um papel muito importante a greve da AVON (1.200 trabalhadores), uma indústria química, com pouca tradição de luta. A greve da AVON lutava por estabilidade no emprego, aumento real, equiparação salarial, comissão de fábrica e terminou com conquistas (como 3 meses de estabilidade, comissão de fábrica e fim da obrigatoriedade das horas-extras). Esta fábrica tem uma localização muito peculiar: estando no início de uma avenida de Santo Amaro onde se situam inúmeras fábricas (metalúrgicas, químicas, de plásticos, etc), sua mobilização "contagiou" a região, estimulando outras mobilizações e a solidariedade de outras fábricas. Duas metalúrgicas, a Villares e a Sprech Schu foram importantes no apoio a greve da Avon.

Depois da AVON, entraram em greve 3 fábricas metalúrgicas: a FLIGOR (600 operários), a FPB (800) e a PRADA

(2000). Todas lutando centralmente por aumento real, estabilidade e comissão de fábrica.

A perspectiva na região é a de novas lutas.

Esta perspectiva determinou um grande esforço dos militantes da região, especialmente os ligados a CUT em fortalecer a mobilização na região, o que vem ampliando o reconhecimento da CUT entre o trabalhador da região. A oposição Sindical metalúrgica distribuiu um boletim contendo um "Recado dos metalúrgicos de São Bernardo": neste boletim a oposição apresenta à categoria a proposta de preparar a greve e lutar junto com São Bernardo.

A assembleia que o Sindicato dos Metalúrgicos convocou para o dia 17 é um importante passo para a canalização de toda uma disposição de luta dispersa na categoria e reflete, de outro modo, esta disposição.

Esta mobilização da região e as iniciativas já tomadas são um elemento concreto e novo na definição das perspectivas do próprio rumo da greve do ABC: o rompimento de um possível isolamento é bem mais possível do que em outras campanhas.

METALÚRGICOS DO ABC

A principal reivindicação é a jornada de 40 horas

Qualquer um tem de reconhecer que a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais criará novos empregos. O empresário Walter Sacca, coordenador do Grupo 14 da FIESP não pode fugir desta obviedade e reconhece isso. E dá uma explicação de porque os empresários da FIESP não atendem a essa reivindicação dos metalúrgicos: "para que a redução tenha consequências positivas, teria de se dar em escala nacional, não apenas setorial, e de maneira coordenada" (Folha de São Paulo, 7/04/85).

É verdade que o objetivo da CUT é a conquista nacional da jornada de 40 horas, que por sinal já foi aprovada na Câmara de Deputados. Evidentemente não é por ser uma reivindicação nacional que deixará de ser conquistada inicialmente em alguns locais.

O DIEESE elaborou um estudo que conclui que serão criados só em São Bernardo cerca de 20.000 empregos caso a jornada seja reduzida para 40 horas. Só na Volks serão criados 5.498 empregos.

Há argumentos empresariais contra a redução da jornada de trabalho, argumentando que promoverão uma acentuada elevação de preços. Um boletim do Sindicato apresenta alguns dados esclarecedores: a mão-de-obra representa apenas 9,3% no preço médio de um carro, se hoje fosse reduzida a jornada de trabalho na Volks, haveria um aumento de 1,84% nos preços (imaginando que as montadoras não reduzam seus lucros) dos carros.

O estudo do DIEESE levanta também dados sobre o número de horas trabalhadas nas várias indústrias de São Bernardo, onde já existem empresas onde os horistas trabalham 45 horas semanais como na Ford e na Mercedes, (na Volks os horistas trabalham 47h30 e na Scania 48 h).

A FIESP apresentou uma contraproposta que aponta para uma redução gradual da jornada, passando para 47 horas em 85, para 46 em 86 e para 45 em 87. Os dirigentes sindicais do ABC não aceitaram a contraproposta por julgarem que há nela um tempo suficientemente gran-

depara que os empresários reorganizem a produção conseguindo assim reduzir a jornada sem aumentar o nível de emprego.

Esta questão, a da capacidade patronal de reorganizar a produção para evitar que reivindicações dos trabalhadores sejam cumpridas em sua integralidade, se coloca a necessidade do movimento operário se dotar de mecanismos de fiscalização e controle que se contraponham ao poder patronal. Este é o papel fundamental das comissões de fábrica, que têm uma importante função a cumprir na questão da jornada de trabalho.

A popularização da reivindicação da jornada de 40 horas e já é um importante salo da campanha do ABC: a luta ganha um centro não apenas salarial. A redução da jornada de trabalho é uma resposta coerente a duas questões que estão cocoadas, perante a classe operária no Brasil: o desemprego e o avanço das inovações tecnológicas.

Repressão na "Nova República"

A presença da polícia nas portas das fábricas em greve não tem sido pequena. Na greve da AVON, em São Paulo, houve uma repressão policial não desprezível, intimidando os trabalhadores e trabalhadoras a voltarem ao trabalho. No ABC, em várias fábricas ela esteve presente, com destaque para a Volkswagen, onde ela atuou com uma violência maior do que os tempos da "velha república", espancando operários, dirigentes sindicais e ameaçando deputados do PT.

O fato mais grave ocorreu na porta da EMBRAER, em São José dos Campos, onde o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos José Luis Gonçalves ao fazer uma panfletagem na fábrica foi espancado por guardas de segurança da empresa, sendo necessário ser internado e ficar sob observação no hospital. O relato da EMBRAER à imprensa afirma clinicamente que os guardas de segurança foram atropelados pelos ativistas sindicais.

Greve dos coureiros pelo trimestral

Há mais de 1 mês começaram os coureiros de São Paulo a preparar a mobilização pelo trimestral. A data-base da categoria é em julho e esta mobilização é vista como uma espécie de ensaio geral para a campanha deste ano.

O resultado da mobilização foi a greve deflagrada também no dia 11 de abril, que envolveu as maiores empresas da categoria. Greve que tem arrancado importantes conquistas dos patrões: conseguiram acordos que em média significaram um reajuste de 30%, sendo que em algumas empresas chegaram a ultrapassar a inflação do último trimestre, conquistando até 45% de reajuste.

Dentre as empresas mais importantes, concederam reajustes expressivos as seguintes: Luciano (30% em abril), Premier (30% em abril), Guardolo (35% em abril), Krysnel (45% em abril), Alko (30% em abril mais 10% em maio), Klope (30% em abril mais de 10% em maio), Ibracol (35% em abril).

A campanha dos coureiros indica duas importantes conclusões práticas sobre a unificação de lutas de diferentes categorias. A primeira é a necessidade da mobilização ser efetivamente preparada pela própria categoria, criando condições para que processos conjuntos ou simultâneos de luta tenham raízes construídas. A segunda é a constatação que a existência de mais de 1 frente de luta dos trabalhadores prejudica a resposta patronal, pois os patrões são forçados a dispersar forças em várias frentes. Os coureiros tiveram conquistas por saberem também aproveitar um momento onde a FIESP "ocupada" com a luta dos metalúrgicos não pôde dar toda assistência aos patrões das indústrias da categoria.

A FIESP é quem organiza diretamente as empresas, imprimindo em toda as negociações uma orientação dura: não ceder nada. A atual mobilização já conseguiu romper essa linha, já que na última negociação os patrões não cediam mais que 10% de reajuste trimestral, muito menor que a média conquistada (30%).



8 ANOS DE LUTA

Vitória esmagadora da oposição

Tomou posse no último dia 12, a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo-RS. Apoiada pela CUT e todas as entidades do polo combativo do movimento sindical gaúcho, a oposição sindical venceu as eleições do 2º turno aumentando ainda mais a diferença do 1º turno em relação à chapa dos pelegos.

Com a proposta básica de devolver o sindicato aos trabalhadores apostando na sua organização e mobilização com um trabalho sério, honesto e competente, levantando como principal bandeira de luta o **Aumento real de salário**, a oposição sindical venceu as eleições com uma votação amplamente majoritária nas principais fábricas da região como a Gedore, Rossi, Petrol, Taurus, Recrusul, entre outras. A votação final do 2º turno ficou em: Chapa 3 (oposição sindical) - 2.210 votos, Chapa 1 (pelegos) - 1.198 votos, Chapa 2 (antigos apoiadores dos pelegos mais 3 dissidentes da oposição que se retirou do pleito) - 82 votos.

O significado dessa vitória

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, 3º maior do estado na categoria metalúrgica situa-se no centro da maior concentração operária do Rio Grande do Sul, que é o Vale do Rio dos Sinos.

Dos 3 sindicatos da categoria metalúrgica da Região, o de São Leopoldo é o de maior base, atingindo 25.000 trabalhadores e o último que se encontra nas mãos dos pelegos. Com esta vitória o movimento sindical combativo completa a ligação em todo o vale, iniciada em 1980 com o Sindicato de Novo Hamburgo, estendendo-se mais tarde até Canoas e por fim São Leopoldo.

Foi a partir da vitória da Oposição sindical em São Leopoldo que tornou-se possível, pela primeira vez na história do movimento sindical gaúcho sentar na mesa de negociação os 3 sindicatos da região e a Fiergs para discutir as bases de uma negociação coletiva para toda a região do Vale dos Sinos. Em verdade foi uma primeira iniciativa, mas que por certo deixou bastante claro a perspectiva de luta dos trabalhadores do Vale e temos a certeza que a partir de agora os patrões terão que enfrentar a unidade dos trabalhadores, que ainda este ano se concretizará atra-

vés da criação da CUT-Região Vale dos Sinos.

Neste sentido, já está sendo organizado para o dia 20 de abril o 1º Encontro de Metalúrgicos do Vale do Rio dos Sinos, que reunirá companheiros de fábricas pertencentes aos 3 sindicatos e que certamente será um grande passo na unificação dos trabalhadores, pois estará sendo discutido a Campanha Salarial Unificada e a implantação da CUT na região.

A vitoriosa campanha da Chapa 3 terá indiscutivelmente reflexos positivos não só para o movimento sindical

gaúcho e da região como também para o movimento popular em geral, em especial na própria cidade de São Leopoldo. Sede de 17 sindicatos das mais variadas categorias, São Leopoldo ressentia-se de há muitos anos de uma entidade que colocasse na rua a luta dos trabalhadores, haja visto que a maioria das outras entidades ou estão nas mãos de pelegos ou por suas especificidades não conseguem cumprir um papel efetivo de direção do movimento. O Sindicato dos Metalúrgicos certamente contribuirá para um grande salto no movimento popular da cidade.

Uma avaliação da campanha

Da campanha vitoriosa da Chapa 3 nos parece importante ressaltar aquilo de mais significativo no trabalho desenvolvido e que foi fundamental para a vitória.

Em primeiro lugar, o método de escolha da chapa, sendo convocada toda a categoria para a definição do programa e dos membros da chapa. A convenção realizada a 7 de dezembro de 84, onde compareceram 532 metalúrgicos da base, comprovou que o respeito à democracia operária é mais uma vez vitorioso. Foi através desta convenção que a Chapa 3 conseguiu aproximar em torno de si os elementos mais ativos da categoria e que cumpriram um papel fundamental dentro das fábricas no desenrolar da campanha. Foi também por ter optado por este método de convenção democrática que a Chapa 3 conseguiu amurrar em torno de si o apoio de todas as entidades combativas do movimento sindical gaúcho e da CUT.

A segunda grande lição que nos mostrou a campanha vitoriosa da Chapa 3 é a lição da Unidade.

Diferente de outras campanhas que ocorreram no estado no último período, a campanha em São Leopoldo se caracterizou desde o início por conseguir unificar na ação concreta, todo o polo combativo do movimento sindical.

Tanto no apoio, quanto na própria composição da chapa, todos os companheiros que participaram da campanha souberam compreender que apesar das divergências existentes, somente unindo os trabalhadores, através de uma proposta política e do trabalho prático conseguiríamos força para derrubar os pelegos e dar um golpe certeiro nos patrões e no sistema.

Aliado a estes dois fatores fundamentais, o respeito à democracia de base e a unidade na ação, outros fatores não menos importantes podem ser enumerados como decisivos na vitória da Chapa 3.

1 — A defesa intransigente de uma proposta política clara, sem cair em provocações das outras chapas foi decisiva. Se posicionando contra o pacto social proposto pelo governo da "Nova República" e levantando a luta por aumentos reais de salários e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário, entre outras propostas da CUT, a chapa 3 demarcou o seu perfil de combatividade.

2 — Uma chapa composta por companheiros representativos, com vários anos de luta e que conseguiram demarcar um perfil de chapa que respondesse aos anseios da categoria.

3 — Não menos importante foi a propos-

ta de organização da entidade que na sua essência visa organizar toda a categoria; reuniões de diretoria abertas a participação de membros da categoria; eleição de representantes por fábricas constituindo a Comissão de Mobilização da entidade e a reorganização dos serviços assistenciais do sindicato.

4 — Por fim, cabe enumerar o trabalho realizado na campanha em si. A Coordenação Geral da Campanha, composta por todos os membros da chapa, mais os representantes das várias comissões e dos representantes dos grupos de apoio, foi fundamental para a estruturação da campanha garantindo em todos os momentos a unidade de ação e orientações para todo o trabalho da campanha. Foi assim que se garantiu um amplo trabalho de visitas aos associados, reuniões por bairros, mutirões nos fins de semana para visitas e colagem nos bairros, colagem de cartazes em toda a região composta de 6 municípios distantes um do outro, panfletagem das 115 fábricas de todos os municípios, em apenas 2 dias, enquanto as outras chapas levavam 2 semanas para fazer o mesmo trabalho. Dentro deste contexto a participação dos grupos de apoio foi decisiva.

Eleita a direção da CUT-MG

Um posicionamento firme contra o governo da Aliança Democrática e sua proposta de pacto social; a defesa da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, Livre, Soberana e Democrática e a eleição da primeira direção estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Minas foram as principais decisões do 1º CECUT realizado no último final de semana em Contagem. O congresso contou com a participação de 608 delegados, representando 72 entidades sindicais urbanas, 16 sindicatos rurais e 12 oposições dos mais importantes pólos da luta operária em Minas.

Do ponto de vista de suas resoluções, o 1º CECUT expressou a opção do sindicalismo combativo no estado por perspectivas de luta e ação claramente identificadas com a independência dos trabalhadores frente à burguesia e seu governo, superando as vacilações até então existentes em setores sindicais ligados à CUT. A unanimidade na caracterização do atual governo como apenas "a mudança na forma de denominação, com a instalação de uma democracia burguesa forte", e o posicionamento em oposição a este mesmo governo são resoluções que contrariam propostas anteriores de alguns sindicatos operários mineiros, como o de João Monlevade, expressando, assim, o crescimento de uma perspectiva de construção da central firmemente enraizada nas tradições do movimento operário independente e de combate.

Também a defesa da Constituinte, precedida da revogação de toda legislação antio-perária, do desmantelamento dos órgãos de repressão, garantindo-se a mais ampla liberdade de manifestação e organização sindical e partidária marcou novos caminhos para o movimento sindical no estado. O economismo até então preponderante em encontros anteriores foi superado pela aprovação desta bandeira, em cujo processo de convocação a CUT irá participar apresentando suas reivindicações, como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a escala móvel de salários, a reforma agrária radical (inclusive, através da ocupação de terras), o reajuste trimestral, entre outras propostas aprovadas.

Embora tenha registrado estes avanços, o 1º CECUT não conseguiu traduzi-los em propostas de organização da central efetivamente discutidas e aprovadas na plenária final. O avanço da hora, a necessidade de eleição da diretoria fez com que aspectos sobre a implantação da CUT nas bases, de sua organização estadual, fossem relegados a uma discussão posterior, a ser realizada a nível da nova direção estadual.

Incoerência

Se é possível destacar esta evolução do movimento operário em Minas, fruto de um novo período de ascenso inaugurado a partir de meados do ano passado, o processo de articulação da direção estadual foi extremamente contraditório, mesmo incoerente com as resoluções aprovadas. Na pre-

paração do congresso, quatro articulações afiguraram-se: uma em torno do Sindicato dos Marceneiros; outra em torno do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade; uma outra em torno do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem, e, por fim, outra em torno da União dos Trabalhadores no Ensino (UTE).

Várias tentativas de unificação das articulações foram feitas, visando construir uma chapa que expressasse as posições do congresso, sem exclusão de nenhuma das correntes. As discussões, no entanto, não chegaram a uma conclusão e a articulação liderada pelo diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, João Paulo Pires, no último dia do congresso lançou uma chapa envolvendo as outras articulações, porém em posições extremamente secundárias.

Por considerar que o lançamento desta chapa não expressava a correlação de forças existentes no congresso, bem como suas definições políticas (João Paulo Pires, no ano passado, foi um dos articuladores de um manifesto de sindicalistas em apoio ao candidato da Aliança Democrática), as articulações lideradas pelo Sindicato dos Marceneiros e Metalúrgicos de BH e Contagem convocaram uma reunião aberta de delegados para formar uma chapa alternativa. Reunindo mais de cem delegados, este encontro formou a chapa, encabeçada pelo presidente do Sindicato dos Marceneiros, Carlos Calazans, cujo ponto programático

básico situava-se na defesa das posições aprovadas pelo congresso em oposição ao governo e ao pacto social.

Nem mesmo a pressão dos "cardeais" da chapa 1 na hora da votação, o baixo nível de na caracterização dos integrantes da oposição como representantes de "grupestros", "traidores" etc, etc, foram suficientes para impedir o lançamento e a consolidação da chapa 2. Ao final do escrutínio, João Paulo Pires obteve 191 votos contra 184 de Carlos Calazans. As abstenções, em número de 36, representaram a opção dos delegados da UTE frente a disputa, ou seja, a omissão.

Embora o congresso tivesse aprovado que a proporcionalidade na votação seria aplicada no conjunto da diretoria (Executiva e suplência) segundo definição da força majoritária, a diferença de apenas sete votos acabou fazendo com que a chapa 2 tivesse quatro de seus membros indicados para a executiva, além de outros para a suplência, ocupando Carlos Calazans o cargo de vice-presidente urbano.

Uma das primeiras iniciativas da nova direção da CUT em Minas será a realização do 1º de maio, "unificado, classista, de luta, que leve as resoluções do congresso e que seja independente de qualquer representante do governo", segundo proposta do CECUT. Neste sentido, contatos já estão sendo mantidos com a direção da Conclat no estado visando a viabilização desta proposta.

“Quati fora da manada é comida de onça”

Em Minas, no Vale do Jequitinhonha, os migrantes também se preparam para a próxima safra de cana em Guariba, para onde se deslocam todos os anos

CELIA DE SOUZA

Em São Paulo eles são chamados de “mineiros”. Esses mineiros chamam a si mesmos “cortadores de cana”. Tenham o nome que tiverem, a partir do próximo mês, quando inicia a colheita nas grandes áreas canavieiras do interior de São Paulo, cerca de 10% da mão-de-obra ali utilizada terá vindo do Vale do Alto e Médio Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais.

São cerca de 30 mil homens, num movimento migratório iniciado em 1975 com a criação do Pro Álcool e a ampliação das plantações de cana de açúcar. Deixam mulher e filhos, a pequena ou mínima propriedade vítima da seca e sem recursos, e vêm trabalhar nas usinas paulistas como “bóias-frias” duplamente explorados: pelo usineiro que se aproveita de sua ignorância e desorganização para achar a sua remuneração e utilizá-los como exército de reserva frente aos trabalhadores locais organizados, e pelo “gato”, agenciador de mão-de-obra que escraviza o trabalhador através do endividamento.

Em meio às fazendas da região canavieira de Ribeirão Preto, em precários alojamentos, este novos personagens da agricultura brasileira vêm enfrentar a dura realidade de se verem tratados na cana tal qual o seu bagaço, sugado e atirado fora quando não tem mais caldo. A cada final de safra, tão pobre quanto antes, a maior parte deles retorna ao Vale do Jequitinhonha, mas a situação destes trabalhadores, ainda desorganizados, também começa a mudar. Aos poucos eles vão compreendendo a importância de se somarem à mobilizada categoria dos trabalhadores rurais em constantes greves no Estado de São Paulo.

No dia 10 de março, em Minas Novas (MG) o 2º Encontro dos Migrantes reuniu cerca de três mil trabalhadores. Organizado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Vale do Jequitinhonha, FETAEMG, CPT e Secretaria do Trabalho, o Encontro teve como finalidade a discussão das soluções pa-

ra o agricultor do Vale que sem reforma agrária, crédito, facilidades de produção, sem comida e sem trabalho, na entressafra se vê obrigado a migrar. Outro ponto foi a importância da conscientização destes migrantes sobre seus direitos como cortadores de cana em São Paulo ou trabalhadores do carvão, no sertão de Paracatu em Minas, para onde eles se deslocam todos os anos.

Durante o Encontro os trabalhadores e sindicalistas falaram principalmente contra a violência no campo e a favor da reforma agrária. As viúvas de alguns dos 17 trabalhadores assassinados na região de um ano para cá, vítimas da violência dos proprietários de terra em Minas, exigiram justiça contra os matadores de seus maridos. Destaque especial foi dado à divulgação, entre os migrantes, dos seus direitos conquistados pelo Acordo de Guariba com a greve dos bóias-frias desta região em maio de 84. Ai os mineiros são considerados trabalhadores que ainda se submetem a todo tipo de exploração devido o controle exercido pelo “gato” para quem ficam devendo (despesas de viagem, vales) desde que saem do Vale, as ameaças e intimidações e controle que as usinas mantêm sobre eles em seus isolados alojamentos e a sua falta de participação no movimento sindical.

Para alterar este quadro e fazer com que os “mineiros” se somem aos seus companheiros cortadores de cana de São Paulo, o Acordo de Guariba vem sendo apresentado pelos sindicalistas aos migrantes como a “Lei dos Canavieiros”, que deve ser apoiada por todos os trabalhadores. Uma “lei” que deverá ser renovada no início da próxima safra, agora em maio, período para o qual os trabalhadores da cana preparam uma greve que os fará mais fortes para exigir dos patrões novas conquistas. Ai terá chegado a hora de “mineiros” e “paulistas” se somarem, com os trabalhadores do Vale lembrando sempre do dito popular que corre lá pelo Jequitinhonha: “Quati fora da manada é comida de onça”.



Os trabalhadores do Vale do Jequitinhonha reunidos no 2º Encontro dos Migrantes realizado no mês de março

“O preço da tonelada agora foi tabelado
ninguém corta sete ruas,
cinco é o que foi aprovado.
A ferramenta é de graça,
o uniforme e os aparos.
A cana vai ser medida,
as bandejas bem pesadas,
todos recebem papel
com a quantidade cortada.
É proibido cortar cana

sem carteira assinada
caminhão pra levar gente,
só com carroceria tampada.
O que sair desta escrita
é roubalheira do gato.
Ai vocês vão direto
acusar no sindicato”.

(Trecho sobre o Acordo de Guariba extraído do audiovisual “Viação — O povo do Jequitinhonha rumo aos canaviais paulistas”, de Márcio Metzker).

O PT e a questão agrária

Desde meados do ano passado, um grupo composto de cerca de 30 pessoas vem se reunindo semanalmente em São Paulo. É o Grupo de Trabalho em Política Agrária do PT-SP, que, após o Encontro de Trabalhadores Rurais realizado no dia 2 de junho de 84, passou a elaborar um documento, concluído no final do ano passado, que vem servindo de ponto de partida para a discussão e preparação de um Programa Agrário do PT para o Estado de São Paulo.

O documento aborda os efeitos da crise econômica no meio rural brasileiro, os trabalhadores rurais em seus diferentes tipos e organização, a estrutura agrária, a reforma agrária, as propostas do PT para

uma política fundiária, a luta pela terra em São Paulo e as questões de abastecimento. Através de uma discussão que vem sendo realizada com os militantes do partido em todo o Estado o documento deverá ser enriquecido, com o objetivo de refletir as situações concretas, os anseios e as reais experiências de luta dos trabalhadores no campo.

Os interessados em conhecer o documento e participar de sua discussão devem entrar em contato com o Grupo de Trabalho em Política Agrária do PT/SP, através de sua coordenação na Câmara Municipal de São Paulo, gabinete do vereador Cláudio Barroso, fone 239-3651.

APARTE

Ji-Paraná, 20 de março de 1985.

Companheiros,
Gostaria de utilizar este jornal para denunciar alguns fatos que estão acontecendo aqui em Rondônia.

No ano de 1984 entraram em Rondônia 145 mil pessoas, que se “instalaram”, principalmente nos municípios de Cacoal, Ji-Paraná e Rolim de Moura. A maioria destas pessoas irão fazer parte do crescente número das famílias sem terra, que são atualmente 40 mil no estado, fruto da publicidade que empresas particulares fazem, principalmente no sul.

Em Rolim de Moura e Pimenta Bueno, 240 famílias estão ameaçadas de despejo das fazendas Camapuã (onde no ano passado foi morto um lavrador), Alonso, São Miguel e Morimoto (que pertence a um deputado do PMDB).

Em Ji-Paraná, 1.200 famílias estão ocupando os 33 mil hectares da fazenda Urupá, pertencente ao grupo De Zorzi. Jagunços armados com metralhadoras, carabinas e escopetas também estão na área a serviço dos ditos proprietários (madeireira Urupá). Em dezembro dezenas de famílias foram expulsas e tiveram seus barracos queimados. No final de janeiro houve um choque entre lavradores e jagunços: o resultado foi dois mortos e três feridos (todos empregados da fazenda).

No município de Ouro Preto, 450 famílias estão ocupando os nove mil hectares da fazenda Citrosuco (grupo Aninga). A fa-

zenda já possui o seu bem armado exército de jagunços e, como advogada, a esposa do delegado de polícia da cidade. No dia 18 de janeiro, a delegada Lúcia Helena, que está atuando no interior do estado, agiu com violência, prendeu 21 posseiros, ordenou invasão de casas, espancamentos e feriu o rosto de uma mulher com o seu revólver. O agricultor Ataíde Maximiano de Souza faleceu no dia 20 de janeiro em consequência do espancamento da polícia.

Também a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi invadida e 800 fichas dos Sem-Terra foram roubadas. O presidente do sindicato, o líder Agmar de Souza Gomes (Piauí) sofreu várias ameaças. No município de Cacoal o Pe. Ezequiel Ramim recebeu ameaças por apoiar o movimento dos Sem-Terra e o mesmo aconteceu com o presidente do sindicato de Ji-Paraná, Pedro Pereira da Silva.

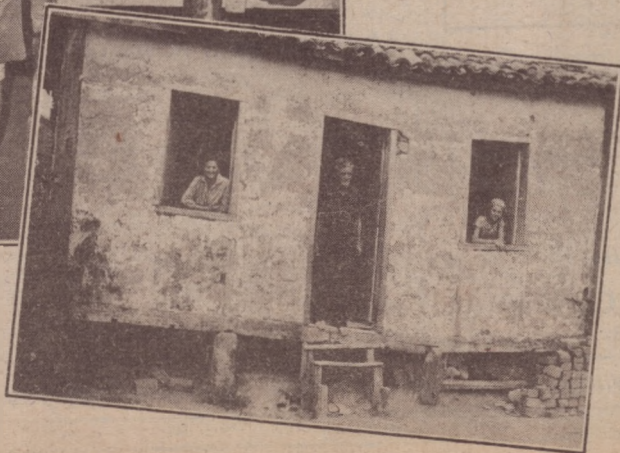
São fatos como estes que vêm mostrar a farsa da chamada reforma agrária efetuada pelo governo federal, onde seu um milhão de títulos de terra distribuídos nada mais foi que a soma das LO (licenças de ocupação), DU (datas urbanas) e TD (títulos definitivos) entregues, que beneficiou somente 180 mil famílias, 1,5% das 12 milhões de famílias sem terra que existem no Brasil.

A partir desta edição, este jornal dedicará um espaço permanente para a publicação de cartas de leitores e apoiadores.



Nos alojamentos precários, a dura vida do “mineiro” em São Paulo

Na seca vida do Vale, apenas as mulheres e os velhos



Atentado destrói sede do Sindicato de Santarém

Na madrugada de sexta-feira (dia 12 de abril) por volta de 1:30 atearam fogo à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA), causando sua destruição completa, junto com toda a documentação do sindicato e tudo o que mais havia lá. O atentado foi feito provavelmente com gasolina jogada no interior da sede.

Este não é um fato isolado na luta levada pelo movimento sindical do Pará, nem se constitui como o primeiro ataque importante. Existe toda uma história de assassinatos e atentados que vêm sendo feitos há bastante tempo. O ataque mais recente foi o assassinato de uma freira da Pastoral da Terra e do dirigente sindical Arnaldo, que concorria na chapa da oposição, apoiada pela CUT, às eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá.

A luta do sindicato

O Sindicato de Santarém é uma das peças fundamentais nesta luta. Constituindo-se atualmente como uma das mais importantes referências do movimento sindical rural do país, o sindicato conta com cerca de 5.000 associados (uma cifra alta para o movimento sindical do campo) e um total de 268 delegacias sindicais. Além disto, a atual diretoria tem grande respaldo no interior da categoria. Nas últimas eleições recebeu mais de 90% dos votos dos trabalhadores.

As suspeitas recaem basicamente sobre os atingidos pelas principais lutas

encaminhadas recentemente pelo sindicato. De um lado, a atuação no sentido de barrar as iniciativas da empresa multinacional Themage Geosurce, que a partir de um contrato da Petrobrás está fazendo pesquisas geológicas na região do Rio Tapajós (tido como uma das mais ricas regiões em minérios do país - particularmente ouro). Os trabalhadores rurais, sob a direção do sindicato, compreende a importância de barrar as iniciativas das multinacionais na área de mineração e recursos florestais, cercaram a área e impediram a continuidade dos trabalhos de prospecção. Além disto, deram um prazo até o dia 17 de abril para que a empresa re-

tirasse seu material de lá. Isto obviamente contraria os interesses daqueles que querem entregar a região ao capital multinacional. Neste aspecto, os trabalhadores rurais de Santarém levantam na prática a necessidade de estatização de toda a exploração das riquezas do solo e subsolo nacional.

Por outro lado, as suspeitas também recaem, em grande força, sobre os setores políticos das classes dominantes de Santarém (recentemente tirada do quadro das cidades consideradas áreas de segurança nacional e com a cena política envolvida pelas eleições para prefeitura). O atual prefeito Ronam Liberal foi profundamente desgastado por

uma campanha política levada adiante por várias entidades, entre elas o Sindicato de Santarém. No dia 26 de fevereiro foi realizada uma passeata com cerca de 7.000 pessoas, reivindicando o cumprimento de várias promessas, particularmente a instalação de postos médicos. O prefeito disse que não negociaria sobre pressão (a frase de sempre). Contudo não teve condições de suportar a pressão de três dias de acampamento e teve que aceitar as negociações, o que o desmoralizou frente à população da cidade. Desta forma, o sindicato é visto como uma incômoda oposição, que mobiliza e age diretamente sobre a aqueles que atentam contra os interesses dos trabalhadores.

A solidariedade à luta pela reforma agrária

Como dissemos, este atentado não é um fato isolado. Inclusive insere-se claramente como mais uma das respostas que as classes dominantes dão aos trabalhadores na sua luta pela Reforma Agrária (que nos últimos três anos já conta com mais de 230 assassinatos). Neste sentido, a solidariedade do movimento sindical é importante, particularmente levando-se em conta que uma das bandeiras centrais da campanha nacional da CUT (à qual o sindicato é filiado) é a da Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores. Qualquer contribuição financeira para a reconstrução poderá ser enviada para a conta nº 9.003.200.956/9 do Banco Econômico, agência Santarém.



Trabalhadores rurais: a dura luta pela Reforma Agrária.

PERSPECTIVA internacional nº 10

2ª semana de maio

Conjuntura

- A situação econômica no início de 1985 — *Ernest Mandel*
- A luta de classes sob o governo da Aliança Democrática — *Juarez Guimarães*

Nicarágua

- Democracia e socialismo — *Ernest Mandel e Carlos Rossi*

Lições do marxismo

- Como se formou a concepção leninista de partido — *Antoine Arthous*
- A formação da Quarta Internacional — *Daniel Ben Said*

Movimento de Mulheres

- O movimento pela libertação das mulheres e o partido revolucionário — *John Ross*
- Marxismo e feminismo — *Frédérique Ventuil*

Dossiê: A luta pela paz

- A luta pela paz e pelo socialismo — *Ernest Mandel*
- Notas sobre o exterminismo — *E.P. Thompson*
- Dissuasão ampliada — *Mike Davis*
- Yalta — Mitos e realidade — *John Ross*
- Documentos sobre o movimento pela paz na Europa Oriental

À Editora Aparte Ltda.

Estou enviando cheque nominal no valor de Cr\$....., referente a:

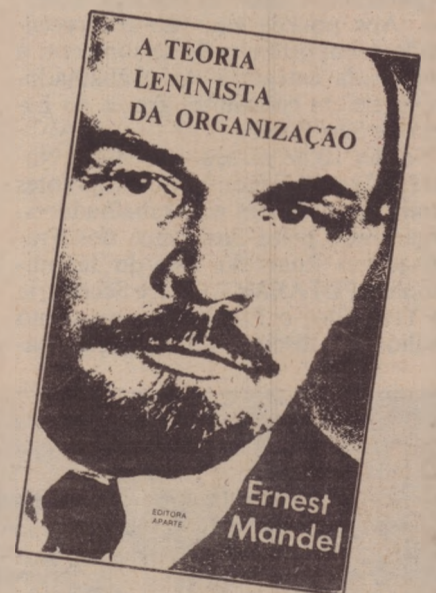
- Assinatura anual do jornal EM TEMPO (26 números) — Cr\$ 25.000
- Assinatura semestral do jornal EM TEMPO (13 números) — Cr\$ 15.000
- Assinatura anual da revista Perspectiva Internacional (6 números) — Cr\$ 20.000

Recorte e envie a: Editora Aparte Ltda. — Tel: 852-8880 Rua Francisco Leitão, 57 — CEP 05414 — Pinheiros — São Paulo

Amplie o seu conhecimento sobre a revolução socialista

TEORIA LENINISTA DA ORGANIZAÇÃO

Ernest Mandel



Adquira pelo reembolso postal — Cr\$ 10.000

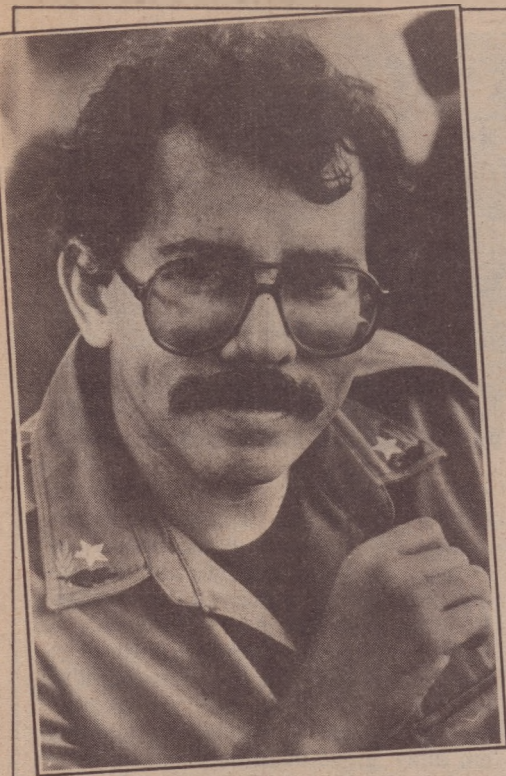
Nome.....

Endereço.....

CEP.....Cidade.....Estado.....

Telefone.....

Daniel Ortega no Brasil



As presenças na posse do governo da Aliança Democrática refletem toda a ambigüidade da situação brasileira: nela, houve espaço para o sanguinário ditador paraguaio Stroessner e para o dirigente revolucionário da Nicarágua, Daniel Ortega. O primeiro, sempre escoltado por um enorme número de seguranças, se fez, presente, porém, de maneira esquiva, como o rato que foge à luz e aos espaços amplos.

Ao contrário, a presença de Daniel Ortega no Brasil foi marcada pela ousadia e amplitude dos contatos que fez, pela solidariedade que o processo da revolução nicaraguense desperta. Em Brasília, em pleno Congresso, Daniel Ortega forçou uma conversa com o representante dos EUA, presente à posse, George Schultz. Os EUA têm procurado impedir todos os canais de negociação da crise em El Salvador, pon-do ênfase em sua política de guerra. Mais que Alfonsín, foi calorosamente

aplaudido pelas galerias do Congresso Nacional.

No Rio de Janeiro, além de contatos com o governo de Leonel Brizola, participou de encontros com partidos e entidades do movimento operário-popular. Em São Paulo, recebeu no dia 20 de março a medalha Tiradentes em uma sessão na Câmara Municipal e foi homenageado em uma sessão da Assembleia Legislativa. Sua visita ao Brasil terminou com uma palestra em São Bernardo do Campo.

Ofensiva diplomática

A revolução nicaraguense continua enfrentando uma forte pressão do imperialismo. Os Estados Unidos têm bloqueado os esforços de negociação do grupo de Contadora, ao mesmo tempo em que Reagan briga no Congresso para receber um aval e verbas oficiais em sua cruzada antisandinista. Sem força para pretender o poder ou

mesmo se estabelecer em uma faixa do território nicaraguense, os grupos contra-revolucionários têm aumentado as ações de fustigamento e de terror, com graves perdas para a economia nicaraguense.

Para enfrentar esta pressão, os sandinistas combinam um grande esforço de mobilização interna (no último dia 26 de fevereiro, por exemplo, um ato das milícias sandinistas reuniu em Manágua 70 mil jovens de armas na mão), com uma ousada ofensiva diplomática. O objetivo é reduzir ao máximo o campo de apoio internacional à política de agressão norte-americana. A derrota das ditaduras na Argentina, no Uruguai e no Brasil fornece, sem dúvida, um campo de ampliação para esta ofensiva diplomática.

A seguir, publicamos os trechos principais da histórica palestra que Daniel Ortega proferiu aos trabalhadores de São Bernardo do Campo.

Em casa com os trabalhadores de S. Bernardo

“Emocionou-nos escutar na garganta dos trabalhadores brasileiros o hino da FSLN. E recordava quando se cantou uma das estrofes ‘ianques, inimigos da humanidade’. Esta estrofe foi elemento de uma polêmica com o governo norte-americano. Questionavam-nos porque o nosso hino dizia ‘ianques, inimigos da humanidade’. Esclarecemos várias vezes que não estávamos nos referindo ao povo norte-americano, mas sim à política dos governantes dos Estados Unidos, à sua política na África, na Ásia, na América Latina. Se querem que não chamemos os ianques de inimigos da humanidade, que deixem de oprimir, de explorar. Assim, poderíamos cantar: ‘ianques, amigos da humanidade’”.

“Sentimo-nos honrados de estar reunidos com este músculo da nação brasileira que são seus trabalhadores, sobretudo os operários de São Bernardo. Sentimo-nos em casa. Sentimo-nos assim como quando conversamos com os trabalhadores nicaraguenses.

“Vocês conhecem os absurdos da política norte-americana na América Central. Não há povo na América Latina que não sofreu com os absurdos da política norte-americana. Enfrentamos a política da agressão econômica e também a política da agressão militar. Estamos enfrentando a política hegemônica do governo norte-americano, política que põe em perigo toda a humanidade. Não se trata da luta pela sobrevivência do povo nicaraguense, mas da sobrevivência da espécie humana. Trata-se da sobrevivência dos povos da Ásia, da África e da América Latina e até mesmo do povo norte-americano.

A história ensina o valor da unidade

“Nesta luta difícil, os povos devem confiar em primeiro lugar em si próprios, nos trabalhadores, nos operários e nos camponeses. Confiar na unidade dos trabalhadores. Mas não só na unidade dos trabalhadores em cada país mas também em toda a América Latina.

“Estamos levando uma luta desigual que obriga à convergência, à unidade da América Latina. Para que possa haver unidade na América Latina, deve haver unidade dos trabalhadores em cada país. Aos inimigos, convém ver os trabalhadores divididos, convém ver dividida a América Latina. Será mais fácil ao governo norte-americano sugar



Comandante Ortega fala aos operários de São Bernardo

os nossos povos se isto acontecer. Não podemos esquecer o caminho percorrido, a história aí está, fresca, cheia de experiências. Voltando as vistas para trás, veremos as possibilidades que teve o imperialismo em função da divisão entre os trabalhadores.

“O imperialismo achou fácil impor suas políticas na medida em que encontrou fragmentada a força dos trabalhadores, a força dos revolucionários. A Nicarágua sentiu também as forças da divisão. Se não tivéssemos responsabilidade com o nosso povo, que queria a unidade, Somoza ainda estaria no poder.

“A América Latina exige a unidade de todas as forças que têm o mínimo de consciência, de dignidade e de patriotismo. Só assim poderemos travar com sucesso essa dura batalha.

“A política do governo dos Estados Unidos é tão irracional, aventureira, que precisamos de unidade para enfrentar essa situação tão difícil. A América Central vai precisar da unidade dos trabalhadores, forças políticas e governos. Se os norte-americanos concretizarem a invasão da Nicarágua, esta unidade é que vai derrotar os invasores.

Como enfrentar uma invasão

“Uma invasão dos Estados Unidos na Nicarágua não será derrotada em pouco tempo. Não vamos derrotar a invasão com canhões ou tanques. Sabemos que vamos derrotá-la com a capacidade organizativa do povo nicaraguense, empunhando fuzis, garrotes e todas as armas que dispomos. Esta batalha desigual seria levada em melhores

condições, com mais segurança se a Nicarágua soubesse que os trabalhadores do Brasil, da América Latina, que suas forças políticas, que os governos reagiriam em uma só frente única rechaçando os invasores.

“Nós temos certeza que os trabalhadores nicaraguenses se sentirão mais estimulados por esta solidariedade do povo brasileiro. A minha visita ao Brasil termina aqui em São Bernardo. E isto é casual. Os trabalhadores nicaraguenses que estão empunhando fuzis e ferramentas para defender a revolução acompanham com todo interesse a luta dos trabalhadores de São Bernardo, vanguarda dos trabalhadores brasileiros.

A participação dos cristãos

“Escutamos aqui as palavras do bispo Dom Cláudio Hummes com atenção. Quem conhece a participação dos religiosos no processo revolucionário na Nicarágua não se espanta com elas. Temos aqui conosco um sacerdote, o chanceler da paz, o padre Miguele D'Escoto. A participação dos cristãos no processo revolucionário não é a mesma participação da igreja na época de Somoza, que foi justificado por um patriota e enterrado pela igreja com honras de príncipe. Agora, a religião deixou de ser o ópio do povo nicaraguense.

“O presidente dos EUA cita alguns dirigentes da Igreja para justificar a sua política na Nicarágua. Dizem que a Nicarágua não cumpre a Carta da OEA, da ONU. E também se arroga o nome do santo padre para difamar a revolução nicaraguense.

“A situação é dramática, difícil. Temos uma responsabilidade comum, histórica, com os nossos próprios povos, com os povos da América Latina. São momentos de decisões. Valorizamos os avanços que foram dados em países como a Argentina, o Uruguai e o Brasil. Independente do alcance destes avanços, são produto da luta dos povos e somam em favor desta luta latino-americana contra a intervenção na América Central. Somam à luta do povo de El Salvador e, portanto, do conjunto da América Latina.

“Encontramos uma opinião unânime frente à situação da América Central. Não há nada de extraordinário quando um revolucionário se solidariza com a Nicarágua. É elementar: se não não seria revolucionário. Com especial valor para nós, encontramos até forças conservadoras coincidindo neste aspecto com a Nicarágua, concordando que não deve haver uma invasão da América Central pelos Estados Unidos. Este é um fenômeno transcendental na América Latina.

“Em meados de 1979, firmou-se uma nova atitude da América Latina frente ao governo dos Estados Unidos. O governo norte-americano estava acostumado a chamar os governos da América Latina como se chama um cachorro. Somoza foi um instrumento dócil da política norte-americana na Guatemala, em Cuba etc. Mas em junho de 1979, quando se convocou uma reunião de consulta na OEA e os Estados Unidos queriam formar uma força inter-americana para impedir a vitória da FSLN, não encontrou apoio na América Latina. Foi uma atitude dos governos latino-americanos que logicamente não fez, mais que refletir a luta de seus povos. O importante é que se firme esta atitude na América Latina.

“Em 1980, viemos em São Paulo pela primeira vez e nos encontramos com trabalhadores, estudantes, intelectuais, com representantes das diversas forças da sociedade. Era grande o carinho do povo brasileiro. Encontramos agora também esta solidariedade e ela dará mais forças, mais combatividade, mais firmeza ao povo nicaraguense para enfrentar os invasores.

“A vitória que alcançaremos na Nicarágua é também uma vitória do povo brasileiro, é uma vitória do povo latino-americano.”

BOLÍVIA

A via eleitoral da ultra-direita

O acirramento da luta de classes chegou a níveis sem precedentes na Bolívia, com a decretação de uma greve geral em março.

Porém, a ausência de uma alternativa operário-popular frente ao desgaste da UDP faz com que pela primeira vez em décadas a direita tenha esperanças de chegar ao governo pela via eleitoral.



A impotência política do presidente Siles Suazo da Bolívia o levou a antecipar as eleições para julho próximo. Mas, simultaneamente, o desgaste desse mesmo governo que sustenta a bandeira de uma hoje desestruturada coalização de "esquerda" (nacionalistas de esquerda, social-democratas e comunistas), espalhou a desconfiança e o desprestígio em relação a toda esquerda no seio de largas camadas da população, cansada com o estado de crise econômica e política permanente em que vive o país.

Barrado no Parlamento pela direita nas suas propostas reformistas e enfrentado nas ruas pela classe trabalhadora que repudia sua política de conciliação frente ao FMI, o governo Siles Suazo, na verdade, não existe. De fato, já foi oficialmente abandonado por comunistas e social-democratas, isto é, da coalização só sobra, mesmo, o partido de Siles, o Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNR-I).

Porém, se "não existe" governo, quem está na condução do país? Os militares que seguram qualquer tentativa

de avanço operário além das reivindicações econômicas. E que não dão o golpe porque esperam eleger através de uma coalização de direita o ex-ditador Hugo Banzer nas próximas eleições (e com eles a Embaixada norte-americana) "não precisam" do golpe.

Mas há também a Central Operária Boliviana (COB), que agiu até agora com um "poder de veto", frente ao governo reformista, isto é, fundamental, impedindo a realização dos "pacotes" econômicos do FMI na Bolívia. Mas teve dificuldades em avançar uma alternativa política.

A greve insurrecional da COB

As características deste "duplo poder" ficaram claras com a prolongada greve geral de março passado.

O governo Siles Suazo já enfrentou

mais dez greves gerais comandadas pela COB. Mas a última incluiu na sua pauta de reivindicações, pela primeira vez, a tomada do poder. Isso marcou um avanço aparente. Porém, o fato exprimia dois problemas centrais.

Em primeiro lugar a proposta de greve geral insurrecional não era assimilada por todos os setores de esquerda que integram a COB, onde o PCB, ainda que em minoria, contou no último Congresso com 40% de votação. A direção da COB é integrada hoje majoritariamente por organizações da Direção Revolucionária Unificada (DRU), uma articulação da esquerda que não participou do governo, mas que também não representa ainda uma visão comum da estratégia revolucionária.

Em segundo lugar, se a greve era insurrecional, onde estavam as armas para os mineiros e operários que em

mais de vinte mil concentravam-se na capital? O próprio dirigente da COB, Juan Lechin, teve que reconhecer, já avançada a greve, que não tinham condições materiais de fazer a insurreição. Isto demonstrava na verdade que a COB percebendo o perigo eleitoral da direita, adotou um ato desesperado, tentando restringir as alternativas para as organizações operárias e populares em duas: greve insurrecional ou a direita no poder.

A preferência eleitoral pela direita

Os militares mantiveram-se coesos (contrariando previsões da COB), limitaram-se em geral a defender o governo Siles Suazo, em particular o Palácio do Governo, e saíram da greve como os campeões da "legalidade". Legalidade que lhes renderá dividendos políticos nas próximas eleições, as quais, segundo palpites, tanto da esquerda quanto da direita, favorecerão à coalizão que se conforma em torno a Hugo Banzer. Isso, até novas modificações no quadro, que por enquanto parecem improváveis. (Enrique Duarte)

O desgaste irreversível da esquerda reformista

A recusa da COB em participar do governo, proposta apresentada pelo próprio presidente da Bolívia, Dr. Hernan Siles Suazo, foi recebida com sensacionalismo e agitada como um grande escândalo pela imprensa internacional. Uma proposta que fora apresentada pela própria COB em 83, quando dos primeiros enfrentamentos dos trabalhadores com o governo reformista — ou de centro esquerda, como é comum nomeá-lo — da hoje fragmentada UDP.

Cogestão e cogoverno

Em 83, no debate em torno à administração da COMIBOL — empresa estatal que administra as minas nacionalizadas pela revolução de 53 — os trabalhadores aceitaram a cogestão proposta pelo governo, desde que sua participação, via entidades sindicais, fosse majoritária. Intensas mobilizações conquistaram 50% mais um dos cargos administrativos da empresa e a mesma resposta foi dada à proposta governamental de participação dos trabalhadores no governo. E, obviamente, foi recusada pela UDP.

Agora, a três meses das eleições presidenciais, com o aguçamento cotidiano a níveis insustentáveis da crise econômica e institucional, o Dr. Siles volta a apresentar a proposta de cogoverno, ou seja, dividir com os trabalhadores as responsabilidades pelo caos ingovernável em que se transformou a Bolívia.

O longo caminho da desestabilização

Hernan Siles Suazo, que divide com Victor Paz Estensoro as glórias pela revolução de 53, foi eleito presidente da Bolívia após 18 anos de ditadura e vá-

rios golpes de estado, e impedido de assumir por um novo e sangrento golpe militar da máfia local do narco-tráfico.

Apoiado pela massa dos trabalhadores mineiros, fabris, camponeses e comerciantes minoristas, que garantiram sua posse através de uma greve geral, Dr. Siles não resistiu às pressões do FMI: uma política econômica recessiva, com base à contenção salarial e de investimentos em infra-estrutura. Justamente as reivindicações de sua base de apoio: reajustes salariais compatíveis com a sobrevivência, uma política de preços mínimos para o produto agrícola e condições de transporte e comercialização. Perdeu, com isso, a condição indispensável para um governo democrático conseguir um mínimo de estabilidade num país sugado pelo imperialismo: o apoio popular ativo.

E, desde sua posse, vem aprofundando a crise institucional em que mergulhou, sem nenhuma medida capaz de deter ou minorar a crise econômica.

A nível institucional a crise precipita-se quando, em novembro de 83 uma greve geral paralisa o país por 19 dias, exigindo 100% de reajuste salarial, frente a proposta de 54% do governo. Isso num país que divide com Israel o maior índice inflacionário do mundo, cerca de 2.000% ao ano.

A vitória dos trabalhadores e sua tendência à radicalização levam a implosão da UDP, com a renúncia de quase todo ministério e do vice-presidente Paz Samora, e a retirada de seu partido, o MIR do governo, e também com o recuo do PC. Dr. Siles demorou mais de um mês para recompor o alto escalão do governo, e ainda estava em negociações quando, em janeiro, radicalizam-se os enfrentamentos com os trabalhadores, culminando com no-

va greve geral em março exigindo reajustes salariais de acordo com a inflação — escala móvel de salários.

Divisão e recomposição do movimento operário

O governo democrático e popular da UDP conseguiu em 3 anos de governo o que 18 anos de ditadura militar não conseguiram: a divisão do movimento operário e popular na base. A participação no governo do MIR e, principalmente do PCB, com forte implantação popular, gerou confusão e desorganização no movimento, rompendo a unidade em várias ações, dificultando uma ação política da COB na área institucional e possibilitando um avanço da direita. Avanço que pode ser medido pela sua vitória em antecipar as eleições presidenciais previstas para 86. E na avaliação unânime de que, caso se realizem as eleições, a disputa principal ocorrerá entre a ADN, de Hugo Banzer, presidente da ditadura militar que governou a Bolívia entre 1971 e 78, e o MNR de Victor Paz Estensoro, partido que detém a legenda da revolução de 53. E não seria descartada uma aliança entre os dois, caso houvesse uma ameaça eleitoral pela esquerda. Hipótese, no entanto, mais remota, refletindo as dificuldades de unificação do movimento operário e popular sob um programa político de governo.

Os partidos majoritários na UDP, o MIR e o MNR-I têm poucas chances. Restaria ainda a DRU - Direção Revolucionária Unificada — frente política agrupando partidos de esquerda que surgiu no início de 84 como alternativa ao PC e sua política oficialista no movimento sindical. No entanto, passado o Congresso da COB em setembro de 84 onde a DRU obteve maioria nas di-

reções, essa frente começou a sofrer guerras intestinas que dificilmente permitirão superar o nível sindical e apresentar uma alternativa unificada no plano institucional.

Esse quadro talvez explique por que, apesar da crise institucional acentuada e do vazio de poder em que se movimentou o governo Siles Suazo, a direita ainda não utilizou-se do golpe militar, apostando numa vitória eleitoral praticamente garantida. Mas não devemos esquecer nunca a frase mais repetida pelos militantes da COB nos últimos 3 anos: "nossa análise de conjuntura indica que não haverá golpe, mas na Bolívia isso pode ocorrer a qualquer momento".

O terreno do movimento popular

Mas, se no plano institucional os trabalhadores bolivianos ainda não têm uma alternativa a apresentar, é no terreno das lutas que vai avançando e reconstruindo sua unidade. As intensas mobilizações de outubro novembro, a radicalização dos trabalhadores fizeram o PC recuar de sua política oficialista e implodiram com a UDP, trazendo a reboque os partidos populares que até então a integravam. Os trabalhadores vivem em clima de greve geral permanente e a COB vem agitando um plano econômico de emergência e a proposta de renúncia de Siles Suazo. No entanto, ainda não tem uma alternativa de poder a apresentar. E não seria de estranhar que, no auge de uma intensa mobilização popular a ação revolucionária das massas fosse novamente capitalizada por um partido de direita, como o foi a revolução de 1953. (Luci Ayala)



A repressão faz novos mortos e acende o protesto do povo nas ruas

CHILE

Rumo à unificação da luta contra a ditadura

A unificação das forças político-partidárias antiditatoriais e das entidades de trabalhadores é o dado mais marcante desde o protesto de 27/28 de março passado. Mas a reestruturação do movimento operário com uma orientação independente e classista é ainda um elemento ausente para o avanço da luta contra o regime de Pinochet.

Os entraves do movimento operário chileno

Grande parte das incógnitas do processo político chileno têm sua explicação na situação do movimento sindical. Desestruturado pelo golpe militar de 1973, o movimento operário não se reestruturou ainda como tal, e diversos setores políticos (sobretudo a Democracia-Cristã, mas também o PCCh) tentaram substituí-los por articulações das cúpulas sindicais existentes.

A principal dessas articulações é o Comando Nacional de Trabalhadores (CNT), liderado por Rodolfo Seguel, de tendência democrata-cristã. Integram o CNT a Confederação de Trabalhadores do Cobre (CTC), a Coordenação Nacional Sindical (CNS), a Frente Unitária de Trabalhadores (FUT), a Confederação de Empregados Particulares (CEPCh), entre as entidades de maior peso, e em geral, com orientação democrata-cristã. Ultimamente diversos sindicatos influenciados pela esquerda também entraram no CNT. Alguns sindicatos que estão no CNT são os da construção civil, do transporte, dos gráficos, dos sapateiros etc.

Um racha — pela direita — da democracia-cristã constituiu recentemente a Confederação Democrática de Trabalhadores (CDT), ligada à central operária americana AFL-CIO. Na CDT entraram a Associação Nacional de Empregados Fiscais, os trabalhadores marítimos e os ferroviários. A AFL-CIO, entidade que na sua política internacional é um "braço sindical" da CIA, doou um milhão de dólares para que a CDT começasse a funcionar.

Outra articulação é o Movimento Sindical Unitário (MSU) influenciado por setores social-democratas de esquerda. Tem um caráter diferente das duas anteriores porque busca se construir a partir de organizações de base. Tem uma proposta de formação de sindicatos por distrito, e não por ramos de produção.

Por último, há os Comandos Metropolitanos de Trabalhadores (CMT), já constituídos em três cidades: Santiago, Valparaíso e Concepción. Formado em 1982, o CMT de Santiago está constituído por 350 sindicatos de base. A proposta dos CMTs é de uma reconstrução do movimento operário que começa por um amplo processo de discussão e articulação dos sindicatos de base, para se chegar a uma Central Única. Se contrapõe assim a democratas-cristãos e comunistas que, como no caso da CNT, apostam em acordos de cúpula, onde pesam com mais facilidade as orientações (e divisões) impostas pelos partidos políticos burgueses e de esquerda e pelas atuais burocracias sindicais.

Nesse quadro, onde a principal referência sindical, a CNT, ainda não transcendeu o terreno de um acordo burocrático entre facções políticas, não surpreende que as chamadas aos protestos tenham sido respondidas fundamentalmente pelos estudantes e o movimento popular (as "poblaciones"), mais do que pelos operários e mineiros nos seus locais de trabalho.

A partir da Jornada de Protesto Nacional de 27/28 de março passado, iniciou-se uma nova etapa na luta contra a ditadura de Pinochet, marcada pela unificação, na ação, das frentes político-partidárias e das organizações de trabalhadores.

Pinochet respondeu ao protesto com uma repressão que acentua o caráter terrorista da ditadura: a ação de "esquadrões da morte", que passam a seqüestrar, torturar, matar etc., impunemente a opositores de esquerda ao governo. Na verdade, Pinochet mudou de estratégia em toda a linha de frente, abandonando qualquer resquício de propostas "aberturistas". Quer, agora, garantir sua permanência na presidência até 1989, como determina a Constituição que fez aprovar em 1980, e se reeleger por mais um período para atingir o século XXI.

Com isso fecha espaço para os eventuais acordos com a centro-direita (fundamentalmente, a democracia-cristã). Somando-se a isso a ampla reação popular contra os "esquadrões da morte", é compreensível que a centro-direita e a centro-esquerda, até por interesses eleitorais, tenham se aproximado dos blocos de esquerda, depois daquela Jornada de Protesto, isto é, ao Movimento Democrático Popular (MDP).

Os protestos e a classe operária

A classe operária esteve presente desde o início nos protestos, através de suas entidades e também nas lutas de rua. Sempre foi o Comando Nacional de Trabalhadores (CNT) quem chamou as Jornadas, sendo eventualmente, mas não sempre, apoiado pelos partidos burgueses. Porém essa iniciativa não "entrou" ainda nas fábricas (vide matéria abaixo). A primeira greve geral que foi convocada para 30 de outubro passado foi um,

"relativo êxito", tendo a participação dos trabalhadores por decisão das suas assembleias sindicais, e em muitos outros casos deu-se em forma espontânea.

Porém o seu grande inimigo é o desemprego, que já atinge mais de um terço da força de trabalho e dificulta a sua organização. Ainda assim, os trabalhadores estão respondendo a esse problema com uma saída política: organizando sindicatos de desempregados.

Três dados importantes surgiram para o setor operário e popular nos últimos meses:

1) a criação do Comando Nacional de Protesto, que unifica politicamente a ação tanto da CNT, como dos blocos partidários de centro e esquerda.

2) a formação de "Mesas de Consertación Social", convocada pelos Comandos de Trabalhadores zonais, formada por organizações operárias e populares, com plataformas de ação comum. São as que organizam os protestos nas bases, nos bairros etc.

3) o fortalecimento da CONFASIN (Conselho de Confederações, Federações, Sindicatos Nacionais e Associações Sindicais) que funciona como uma espécie de "assembleia" de base do CNT, e que contrabalança as tendências burocratizantes da cúpula deste.

A unificação da "frente democrática" junto com um processo mais amplo de reestruturação do movimento operário, poderão mudar a conjuntura política chilena, que a partir da decretação do "Estado de Sítio" e outras medidas repressivas, como julgamentos em tribunais militares com condenações à morte, colocaram as ações de massas num certo refluxo, ao menos em termos quantitativos.

PERU

A social-democracia vence as eleições

Em meio a um clima de grave crise econômica, os partidos da direita peruana sofrem um forte revés eleitoral. E uma coligação de esquerda alcança o segundo lugar na votação, obtendo cerca de um quarto dos votos.

Alan Garcia, candidato presidencial do Partido Aprista Peruano (social-democrata, originariamente chamado Aliança Popular Revolucionária Americana) conquistou mais de 45% dos votos no primeiro turno das eleições no Peru. E provavelmente será o vencedor no segundo turno.

A votação do Apra exprime um impasse das alternativas da direita, da burguesia e dos militares peruanos. Isto é, há uma radicalização da população peruana, surgida em meio a uma violenta crise econômica (dois terços da população não têm emprego fixo

que desgastou rapidamente o atual governo de Belaunde Terry. Assim, o Apra, com propostas reformistas ("mas sem se propor fazer milagres"), eufemismo com que se realizará a política econômica anti-popular da burguesia), de tradicional adversário dos militares e da oligarquia peruana, passou a ser sua alternativa num quadro de extrema radicalização e violência social (da qual a ação do Sendero Luminoso é só um dos componentes).

Mas o elemento mais relevante para o campo operário-popular é o significativo avanço da frente Esquerda Uni-

da (IU), que conquistou a segunda votação, com aproximadamente um quarto dos votos para seu candidato, Alfonso Barrantes, atual prefeito da capital do Peru.

Jorge Lucar, dirigente nacional do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT, seção peruana da IV Internacional), que aderiu à IU caracteriza: "este não é o Apra de trinta anos atrás. Atualmente perdeu a direção do movimento sindical e popular. Quer repetir a trajetória de Felipe Gonzalez na Espanha. Porém, a situação aqui é diferente."

Mas o que que significa atualmente a Esquerda Unida? Lucar responde: "há um processo de radicalização das lutas sociais muito grande. Isso se exprime no fato de que 80% das organizações de massa estejam sob a direção da Esquerda Unida.

Os problemas da Esquerda Unida

Mas há dois problemas fundamentais que ela enfrenta. O primeiro é a batalha para que a esquerda conquiste a hegemonia política no país. Esta batalha se trava hoje necessariamente contra o Apra. Disso não existe dúvidas no interior da Esquerda Unida e es-

tamos todos de acordo. Porém, há outro problema, que é o decisivo. No interior da Esquerda Unida há uma batalha pela hegemonia entre as diversas correntes. Uma delas tende a considerar as eleições como um fim em si mesmo. No governo faria um 'compromisso histórico' com o Apra e os militares. Iniciaria-se assim um processo 'reformista radical' sem por em questão os limites da democracia burguesa. Bom, esta posição é hoje majoritária no Comitê Diretivo da Esquerda Unida e é encabeçada por Barrantes, junto com o Partido Comunista Peruano, o Partido Socialista Revolucionário e alguns setores independentes.

"A outra alternativa é a corrente revolucionária que defende ser uma obrigação dar a batalha no terreno eleitoral, mas para disputar hegemonia política do país. E coloca claramente que é um sonho pretender ganhar o poder pela via eleitoral ou que, mesmo na hipótese de ganhar as eleições, a direita e os militares venham a respeitar os resultados. Colocamos as eleições como um meio para a mobilização, mas esclarecemos que a luta definitiva vai se dar não no terreno eleitoral, mas em um enfrentamento que necessariamente será violento."

OS ESTUDANTES E A UNIVERSIDADE:

A urgência de uma política classista

Se as mobilizações dos trabalhadores continuam ocorrendo, o movimento estudantil ainda não saiu da crise que atravessa já há alguns anos. Isto salta aos olhos quando se observa o grande número de entidades de base se dissolvendo, quando se vê a autonomização das entidades gerais face à base do movimento, com suas instâncias sem nenhuma origem ou retorno ao movimento. Ou quando se assiste à despolitização e total fragmentação. Enfim, um quadro de verdadeira perda de identidade política e ideológica.

O caráter da crise do movimento

Para compreender as causas desta situação deve-se partir do fato de que os estudantes não tem peso dentro do processo de produção, e que a crise econômica restringiu o papel da universidade. Desta forma o movimento estudantil, enquanto setor isolado, torna-se incapaz de obter conquistas substanciais ou conferir uma trajetória de maior durabilidade às suas lutas, fora de um ascenso do movimento operário e popular ou sem que suas lutas estejam aliadas a este movimento.

Assim, se observamos a história do movimento estudantil veremos que isoladamente ele tende a oscilar entre lutas de cunho político e ideológico de âmbito social e lutas por reformas. No período mais recente pode-se ver claramente esta oscilação. No primeiro caso, — o das lutas gerais levadas nos anos 76/77 — o movimento se dirige ao conjunto social, porém sem encontrar eco imediato junto aos trabalhadores. Logo, a correlação de forças desfavorecia a continuidade das lutas. Já no segundo momento, em fins de 78, vê-se irromper os trabalhadores no cenário político, criando possibilidade de retirar os estudantes de seu isolamento. Contudo, vai encontrar o movimento estudantil com suas energias já esgotadas devido a toda série de enfrentamentos políticos que encaminhou praticamente sozinho nos anos anteriores. As consequências foram o internismo e o reinado do economicismo.

O peso da política reformista

É importante ressaltar que esta crise foi sobremaneira acentuada pelas correntes majoritárias nos anos que se seguiram, na medida em que responderam ao vazio do movimento com a volta às salas de aula e a luta pelo giz. Esta política economicista, incapaz de produzir na universidade conflitos de expressão social ou de traduzir a luta de classes em seu interior, além de despolitizar o movimento, aprofundou seu isolamento, pois tornou mesquinhas suas reivindicações.

Quanto às forças classistas, elas não foram capazes de alterar este quadro. Não só pelo movimento estar desacreditado como um espaço de transformação social, mas também porque o economicismo julgou pesado para sufocar as mobilizações dos estudantes e assim assegurar o seu controle.

Uma saída classista conduzida pelo PT

Desta forma pode-se compreender a crise política e ideológica do movimento, a sua perda de função e isolamento. Porém, é possível visualizar também em que terreno se encontra a superação.

Para que o movimento estudantil deixe de ser algo circunstancial, realizando uma ação política apenas em momentos muito particulares, e se torne um mo-

Os estudantes petistas terão pela frente no próximo mês a preparação de seu primeiro Encontro Nacional. Este Encontro se realizará diante de um quadro ainda de crise profunda do Movimento Estudantil, e em um momento em que o governo da Nova República toma suas primeiras iniciativas com relação ao vazio de perspectiva vivido pelas universidades. Neste sentido o tratamento integrado destas duas questões — os estudantes e a universidade — buscando identificar o papel do PT, será o assunto sobre o qual deverá concentrar as preocupações dos petistas neste I ENEPT.

RUALDO MENEGATI

Membro da Secretaria Estudantil Estadual do PT-RS



vimento permanente, é preciso que ele vá a fundo no questionamento da universidade. Esta tarefa torna-se irrealizável sem que esteja vinculado a um projeto de classe, ou seja, sem a construção de uma política classista nas universidades e com um sólido apoio num movimento político com expressão social. A resposta a este desafio deve ser assumida pelo PT, o que torna a sua construção, como um partido de fato, decisivo para a retomada e sobrevivência do movimento estudantil.

A Universidade e as possibilidades da política classista

Hoje as condições para o desenvolvimento de tal política têm contornos mais precisos e se ampliaram. O surgimento do PT e da CUT foram decisivos. Mas não só. A própria crise da universidade, que já não exige reformas mas mudanças, cobra neste sentido. Prova disto é que os setores da comunidade universitária mesmo unificados vem sofrendo derrotas em suas lutas. Este fato torna clara a necessidade de um projeto e de forças mais poderosas para promover as transformações necessárias na universidade.

Também a recente presença do movimento dos funcionários, que por representar os trabalhadores manuais dentro dos "muros do saber", amplia o terreno para uma política classista.

Os novos ventos, por outro lado, trazem para a universidade a reforma modernizante da Nova República. Esta reforma, entre outros aspectos, sem dúvida retomará o objetivo central da última reforma universitária: o de tornar a instituição produtiva, rentável e captada às necessidades atuais do capitalismo. Nas palavras sinuosas do ministro Marco Maciel: "... que se promova o ajustamento da universidade à rápida evolução dos conhecimentos e às exigências do mercado de trabalho ... É indispensável que se avalie a conveniência da adoção de novos conceitos e concepção de ensino. Essa nova universidade não pode isolar-se como corporação fechada e alheia às solicitações sociais". (Correio Brasiliense, 30.03.85).

Desta forma, abre-se um período onde se deverá confrontar projetos opostos de universidade, criando-se condições para as forças classistas questionar a fundo a quem serve o conhecimento e como sua produção é gerida, ou seja, o poder dentro da universidade.

A importância do I ENEPT

O P.T. tem sido o partido mais ofensivo na construção partidária dentro da universidade. Entretanto ainda não tem um projeto para o movimento estudantil — o que inclui, necessariamente, uma clareza sobre o projeto classista para a universidade — e tão pouco tem orientado a organização dos petistas. Mais do que limitar sua atuação, impede o desenvolvimento de uma política dos trabalhadores no movimento e na universidade. Até agora, os petistas sequer tiveram espaço para realizar esta discussão. Porém, o I Encontro Nacional dos Estudantes do PT está aí, marcado para os dias 25 e 26 de maio em São Paulo.

O Encontro em si já é um mérito. Mas a forma de representação definida pela Executiva Nacional — enquadrando os estudantes petistas na divisão eleitoral dos diretórios e não permitindo que a representação se faça a partir dos locais naturais de militância, através dos núcleos ou plenárias de escolas — terá efeitos negativos na potencialidade deste encontro. Em todo o caso, pela primeira vez se poderá discutir e confrontar projetos para o movimento estudantil e para a construção do PT no setor.

Mulheres na luta por melhores condições de vida

Cansadas de reclamar contra a fome e a miséria dentro de casa, as mulheres resolveram ir à luta e aderiram rapidamente à Campanha da Alimentação organizada por doze grupos de mulheres do Estado de São Paulo: Grajaú, Carapicuíba, São Bernardo do Campo, Mauá, Zona Norte, Santo André, Jardim Climax, Santos, Pinheiros, Diadema, Ipiranga e Zona Leste. O Movimento iniciou-se em meados de outubro do ano passado, idealizado pela Casa da Mulher do Grajaú, e, teve imediatamente a adesão de todas as outras entidades. As reivindicações do Movimento são o congelamento do preço do leite especial e o congelamento dos alimentos de primeira necessidade (pão, café, arroz, feijão, ovos, açúcar, óleo, carne, batata, laranja, etc.) As mulheres reivindicam que o preço desses alimentos sejam congelados pelo mesmo período que são congelados os salários.

Depois de várias e exaustivas audiências com o Secretário da Agricultura, Nelson Nicolau, e sua equipe de assessores, uma audiência infrutífera com o Secretário de Abastecimento e Preços, Milton Dallari (que só fez jogar a culpa da situação atual no Governo anterior e transferir a responsabilidade de mudanças para o governo que assumiria depois), e, tentativas frustradas de audiências com o governador Franco Montoro (que hoje utiliza a Campanha para se auto-promover), as mulheres conseguiram da Secretaria da Agricultura um projeto de distribuição do leite especial, adquirido de uma Usina de Sorocaba e vendido à população por Cr\$ 650, com uma diferença de preço que hoje representa 40% a menos que a venda normal.

O projeto piloto inaugurado dia trinta



de março último, está sendo testado em 4 regiões: Grajaú (com 2 postos de distribuição), Carapicuíba, São Bernardo do Campo e Itapevi. Ao todo são 9.500 litros de leite distribuídos diariamente. No Grajaú, Carapicuíba e São Bernardo do Campo, o projeto está sendo executado pelas mulheres do Movimento, contando com o trabalho de 4 mulheres remuneradas pela Secretaria em cada posto de distribuição. Em Itapevi está sendo executado pela Prefeitura local, pois, a região não estava representada no Movimento

Além do Congelamento de Preços

A luta do Movimento, porém, não pára por aí. Continua na sua reivindicação inicial pelo congelamento de todos os alimentos de primeira necessidade. Como propostas para viabilização do congelamento as mulheres indicam a priorização de investimentos na área da alimentação; o incentivo ao pequeno agricultor com subsídios de implementos; a cessão de terras do Estado,

hoje ociosas, para o plantio de arroz, feijão, etc., que contribuiria ao mesmo tempo como solução para o desemprego e barateamento dos alimentos; a estocagem pelo Estado de alimentos nas entresafas; e a fiscalização permanente no Ceagesp para a neutralização do poder da "Máfia do Ceagesp", através de controle rigoroso de preços. Além disso, o Movimento denuncia a política de arrocho salarial imposta pelo FMI com principal causadora da miséria cada vez mais crescente no país, e desafia o novo Governo a realizar mudanças profundas na política econômica em vigor.

A unidade conseguida pelas mulheres e sua organização, são responsáveis por esta primeira vitória, e, com certeza continuará funcionando como pressão para o atendimento das outras reivindicações do Movimento.

O novo Governo não vai poder se furtar a dar respostas às mulheres pois, a cada dia cresce a organização de mulheres de outras regiões em torno da adesão à Campanha da Alimentação.

O movimento de mulheres pela alimentação retoma hoje um aspecto importante da luta por melhores condições de vida que atinge as mulheres de maneira mais direta devido ao seu papel tradicional na família, como dona-de-casa. Ampliando suas reivindicações para além do congelamento do preço e distribuição do leite para populações mais carentes, e atingindo o papel do Estado com reivindicações mais amplas, o movimento se politiza e é capaz de colocar em cheque os interesses burgueses e sua mediação pelo Estado, que são responsáveis pelo alto custo de vida que rebaixa cada vez mais as condições de vida dos trabalhadores. (G.S.)

Aborto?

A legislação brasileira, através do Código Penal, proíbe às mulheres a realização do aborto como um direito que temos de interromper uma gravidez indesejada. Muitas vezes se diz e repete que nenhuma mulher faz aborto porque gosta ou porque reconheça ou escolha o aborto como método anticoncepcional desejável. Mesmo assim, sendo proibido por lei e não desejável no Brasil, 3 milhões de mulheres por ano recorrem ao aborto clandestino.

As causas desse número elevado de abortos, muitos resultando em seqüelas permanentes ou até mesmo em morte para um grande número de mulheres, vão desde o total desconhecimento do funcionamento do corpo e, por tanto das funções reprodutivas, passando pela deformação da sexualidade na sociedade patriarcal que transforma o copor da mulher em mero objeto de uso e troca, até a inexistência de métodos anticoncepcionais eficientes e que não tragam prejuízo à saúde da mulher.

A legislação brasileira, dentro dos valores machistas e patriarcalistas mais marcantes da

nossa sociedade, trata o aborto não como um problema social que afeta milhões de mulheres, mas sim como um caso de polícia, prevendo penas de um a três anos de reclusão para as mulheres que recorrem a ele. Existem no entanto dois casos apenas, em que o artigo 128 do Código Penal autoriza a mulher a recorrer ao aborto: no caso da gravidez significar risco de vida para a gestante e quando a gravidez resulta de estupro.

A lei prevê mas o Estado não cumpre

Embora a legislação "autorize" a mulher a recorrer ao aborto nesses dois casos, é extremamente difícil a aplicação desta lei pois além de todas as dificuldades para se concluir um processo penal de estupro, em qualquer um dos casos as mulheres não encontram hospitais ou clínicas que estejam dispostos a cumprir a lei, isto é, onde elas possam ser atendidas para a realização de um aborto.

Em razão disso, a Deputada Lúcia Arruda - PT/RJ elaborou um projeto de lei estabelecendo a "obrigatoriedade à re-

de de serviços de saúde do Estado de atendimento médico para a prática do aborto nos casos previstos em lei". O projeto de âmbito estadual foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e assinado pelo governador Leonel Brizola em 7 de janeiro de 1985. A lei determinava portanto, nada mais que o **cumprimento da legislação.**

A Igreja manda — o Governador obedece

Apesar do caráter limitado da lei, que corretamente procura cavar uma brecha mais favorável às mulheres, atacando uma incoerência da legislação burguesa que prevê mas não faz cumprir, as reações conservadoras não demoraram a se manifestar. A Igreja conservadora do Rio de Janeiro reagiu imediatamente e de cúpula para cúpula foi exigir de Brizola o compromisso de suspender a regulamentação já aprovada e enviar à Assembléia Legislativa um novo projeto que substituisse o anterior. Em carta enviada a Brizola, D. Eugênio Sales, Cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, argumenta que a regulamentação proposta pela depu-

tada do PT é um "estímulo ao aborto", simplesmente porque obriga o cumprimento da lei. Além disso, D. Eugênio reconhece em Brizola a "boa vontade e cooperação para evitar atritos nocivos ao bem comum".

A resposta de Brizola não demorou a aparecer e no dia 22 de março passado enviou um novo projeto de lei à Assembléia Legislativa propondo a revogação da lei e confessando que atendia à pressão sofrida por parte da alta hierarquia da Igreja Católica.

É preciso resistir

Cabe agora às mulheres, às entidades do movimento, se mobilizarem para impedir a revogação dessa lei, que embora restrita ao Estado do Rio de Janeiro, abre um espaço para a difícil luta pela legalização do aborto no Brasil. De outras regiões do país podemos enviar telegramas à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro exigindo que os parlamentares não cedam à pressão de Brizola e da Igreja e mantenham em vigor uma lei que apenas procura corrigir a distorção entre a legislação e a realidade.

Nem nos casos previstos em lei

TATAU GODINHO

3º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe

Será realizado desta vez no Brasil, em São Paulo, nos dias 1 a 4 de agosto de 1985. É preciso fazer uma inscrição para participar, desde já.

Para maiores informações escreva para: 3º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe - Caixa Postal 11349 - Cep 05499 - São Paulo - SP.

Encontro de Mulheres do PT - São Paulo

Será realizado no próximo dia 28 de abril, um encontro do PT sobre o movimento de mulheres. O encontro é aberto a militantes e simpatizantes do PT que participam do movimento de mulheres. O encontro será realizado das 9 às 18 horas na Câmara Municipal.

Andropov. Tchernenko. Breinev. Gromiko e...



A morte de um cadáver

Mikhail Gorbatchev parece a figura de um adolescente, comparado a seus idosos antecessores, Andropov e Tchernenko. Ele que, em princípio, tem mais tempo diante de si, romperá com o imobilismo em vigor entre os burocratas do Kremlin? É a esta questão que responderá o verdadeiro sucessor de Brejnev.

NATACHA BRINK

“O rei está morto, viva o rei” sugere a fotografia risosinha do “jovem” secretário-geral Gorbatchev na primeira página do *Pravda* de 12 de março de 1985: mas os soviéticos não se reuniram em volta do Kremlin, como uma multidão alegre. Só a impressão ligeira da sucessão lembra o velho adágio.

Há muitas razões para uma sucessão assim tão rápida. Gorbatchev teve todo o tempo para preparar sua entrada em cena enquanto o seu predecessor agonizava. De outro lado, todas estas cerimônias de 11, 12 e 13 de março (música fúnebre, anúncio oficial do falecimento, do nome do condutor dos funerais pomposos, do nome do feliz “eleito”, as cerimônias do funeral, encontros dos honoráveis representantes estrangeiros) são um videotape, uma exibição acelerada do filme de fevereiro de 1984 quando Andropov faleceu, o qual por sua vez plagiava o outro filme de novembro de 1982 quando Brejnev morreu.

Com a escolha de um “jovem” para o Kremlin, o governo soviético se arrisca (terá ele realmente a experiência que a idade propicia?) mas espera evitar uma quarta cerimônia do gênero no próximo inverno! Além dos comentários irreverentes que uma tal valsa de agonizantes suscita (“A vida política soviética se reduz hoje a três manifestações por ano: o 1.º de maio, o 7 de novembro — o aniversário da revolução — e os funerais do secretário-geral”), ela criou uma doença que se traduz uma paralisia dos órgãos dirigentes do conjunto do aparelho do Partido e do Estado. Com Gorbatchev, Brejnev tem, enfim, um suces-

sor, não aquele que ele provavelmente teria escolhido, mas enfim um sucessor.

A passagem efêmera de Tchernenko no Kremlin foi em grandes linhas tão insípida quanto o resto de sua vida política: leal a Brejnev desde os anos cinquenta, seu “protegido” de 1956 até a morte do idoso secretário-geral em 1982, ele lhe continuou fiel até no imobilismo que reimplantou após a passagem, breve como a sua, de Andropov no posto supremo. Ele teve a oportunidade de resumir o seu programa original durante a sessão plenária do Comitê Central do PCUS de junho de 1983: combater o “reformismo” de Andropov através de um retorno à tradição ideológica, condenando notadamen-

O balanço do governo Tchernenko é positivo já que ele fez exatamente aquilo para o qual foi eleito, a saber, não tocar em nada, tudo bloquear.

te os efeitos perniciosos da cultura e dos valores ocidentais. Ele bloqueou a luta impulsionada sob Andropov contra a corrupção na medida em que esta luta visava de fato os burocratas nos cargos há muito tempo, entre eles os “velhos brejnevistas”, seus aliados naturais.

Contudo, em seu governo assistiu-se à manutenção das medidas tomadas por Andropov contra a dissidência e contra os contatos com os estrangeiros: no que diz respeito à repressão, Tchernenko até suplantou o seu antecessor imediato. Quanto à política externa, ainda dominada pela figura do inquebrantável ancião Gromiko, ela foi marcada por uma escalada da guerra no Afeganistão, pelo boicote dos Jogos Olímpicos de Los Angeles e pela anulação do encon-

tro previsto a ser realizado com dirigentes chineses de alto nível: o conjunto destes elementos demonstram uma grande continuidade, possível de ser confundido com imobilismo.

No global, nenhuma das questões diante das quais a URSS está confrontada não encontrou um início de solução com Tchernenko: seu balanço é então bastante positivo já que ele fez exatamente aquilo para o qual foi eleito, a saber, não tocar em nada, tudo bloquear. Ele não permitiu a progressão no quadro essencial da agricultura: as cifras da colheita de 1984 não foram até agora publicadas decerto porque não são publicáveis. A pretensão de colocar em prática as “brigadas”, como novo modo de organização do trabalho, não permitiu, no contexto no qual estas reformas foram aplicadas — suscitando um real descontentamento passivo da classe operária — ganhos de produtividade significativos.

Apesar das pretensões de ideólogo, Tchernenko não conseguiu estancar a crise dos valores, perceptível tanto no ressurgimento contínuo do nacionalismo ou do anti-semitismo como na atração ainda viva da cultura ocidental: a oposição parece ter sido tão forte, sobretudo na juventude, que parece que a pressão foi relaxada. Após vários meses, parece que um vento fresco sopra sobre a criação artística, o teatro, o cinema, a televisão e a edição de livros. Esta crise de valores se percebe também através da imprensa pela publicação de debates — principalmente aquele entre os economistas — que não dizem

respeito apenas a um círculo fechado de iniciados.

Fundamentalmente após os anos sessenta mudanças deveriam ser feitas para se passar de um crescimento de tipo extensivo a um crescimento in-

Desde os anos sessenta, mudanças se impõem na economia soviética. Mas como uma reforma ampla ameaçaria a burocracia, nada se mexe.

tensivo: mas estas mudanças não ocorreram, porque elas necessitam de uma reforma de grande amplitude da economia e da sociedade soviética. Pior, certos economistas pensam que uma pequena reforma não será senão prejudicial. Como uma reforma radical ameaçaria imediatamente a burocracia, nada se mexe.

Neste contexto de recusa de todas as tendências da burocracia de uma mudança profunda, é conveniente sublinhar a existência de divergências en-

tre Andropov e Tchernenko, por exemplo, entre Gorbatchev e Brejnev: Gorbatchev seria partidário de uma reforma para intensificar a produção, estimulando as iniciativas dos diretores e reduzindo as interferências burocráticas. Mas o novo secretário-geral será por um bom período “refém” de seus pares. Por isso, ele não escapará do dilema diante do qual Khrouchtchev no seu período sucumbiu.

De fato, não se pode prever o que Gorbatchev fará, se um dia ele terá as mãos livres para praticar uma política mais ou menos pessoal. Aliás, os cidadãos soviéticos ignoram totalmente sobre qual programa político preciso ele foi eleito e qual era o programa de seus rivais. Mas a eleição foi, bem entendido, feita por unanimidade.